05 FEV. 2025

Câmara Municipal de João Monlevade 02

PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE
ADMINISTRAÇÃO 2025 - 2028

MENSAGEM Nº 005/2025
DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em 05/02/25
Horário: 9:45
Secretaria

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto para apreciação desta egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que ***"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA PROCEDER A CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MONLEVADE E REGIÃO – APASMON., COM CNPJ DE N° 04.280.580/0001-79, COM ENDEREÇO À RUA OLGA DEMÉTRIA, Nº 17, BAIRRO MANGABEIRAS, NESTA CIDADE.***

A Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região (APASMON), fundada em 06 de maio de 2000, tem exercido um papel fundamental no apoio à comunidade surda, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de recursos para a saúde auditiva e a qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva. Sua atuação é essencial para o município de João Monlevade e para toda a região, oferecendo serviços especializados e programas que beneficiam tanto os atendidos quanto suas famílias.

Diante do crescimento da demanda e da necessidade de diversificar os serviços oferecidos, é urgente nova cessão de direito de uso de imóvel público.

Com essa ampliação, a APASMON poderá expandir sua sede e, consequentemente, seus atendimentos, possibilitando a oferta de novos procedimentos voltados à saúde auditiva e a implementação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Essas práticas têm efeitos indicados na promoção da saúde e no bem-estar dos usuários, trazendo alternativas de tratamento que complementam as terapias tradicionais.

Portanto, o presente projeto de Lei municipal é indispensável para que a APASMON continue avançando em sua missão e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e saudável. Assim sendo, esta proposta tem como finalidade a ampliação da área construída em decorrência do aumento do número de pessoas atendidas, sendo que a área

pretendida possui 309.09 m² (trezentos e nove, zero nove metros quadrados), situada à Rua Olga Demétria, S/N, no bairro Mangabeiras.

A necessidade de regulamentação é presente, haja vista que a associação terá a oportunidade de ampliar seus atendimentos, visando poder continuar desempenhando seu papel fundamental na sociedade promovendo bem-estar e reconhecendo a importância de garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos de cidadania para todos, independentemente de suas capacidades auditivas.

Ressalta-se que, a referida proposição de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de reversão do imóvel ao patrimônio público, caso não seja observada, rigorosamente, a destinação do mesmo.

De tal forma, e acreditando ter feito as sucintas e fundamentais considerações acerca do presente Projeto de Lei, o encaminho para apreciação e votação desta Ínclita Casa Legislativa, esperando que os Ilustres Edis o acolham, aprovando-o integralmente.

João Monlevade, 04 de fevereiro de 2025.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
FERNANDO LINHARES PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
JOÃO MONLEVADE – MG

05 FEV. 2025

PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE
ADMINISTRAÇÃO 2025 - 2028

Câmara Municipal de J. Monlevade 04

PROJETO DE LEI Nº 1524 /2025

DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

"AUTORIZA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO PARA OS FINS E NAS CONDIÇÕES QUE MENCIONA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MONLEVADE E REGIÃO – APASMON., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à cessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo 2° desta Lei, à ***Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON***, com CNPJ de nº ***04.280.580/0001-79***, com endereço na Rua Olga Demétria, Nº 17, Bairro Mangabeiras, nesta cidade, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

Art. 2º O imóvel, objeto da cessão de uso, constitui-se em uma parcela de 309,09 m² (trezentos e nove vírgula zero nove metros quadrados) de uma área total de 12.730 m² (doze mil, setecentos e trinta metros quadrados), situado na Rua Olga Demétria, S/N, bairro Mangabeiras, nesta cidade, registrado sob número de matricula 4.139, L. 2, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º A cessão de direito real de uso do imóvel de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela associação beneficiária:

I - ampliação da sede no imóvel e iniciar as atividades da associação no imóvel concedido em direito real de uso, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão de Direito Real de Uso;

II - dedicar-se, exclusivamente, às atividades fins da associação, descritas em seu Estatuto Social, não se admitindo desvio de finalidade;

III - apresentar o projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Obras para a devida análise e posterior aprovação antes do início das obras;

IV - elaborar o projeto de segurança e submetê-lo à aprovação do Corpo de Bombeiros Militar local e implantá-lo;

V - manter a finalidade dos imóveis, assegurando ao poder concedente acesso as informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a autorização- do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a cessão antes de seu termo, se a Cessionária cometer desvio de finalidade do imóvel público, dando destinação diversa da estabelecida no seu Estatuto Social ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se o imóvel ao Município, perdendo a cessionária as benfeitorias de quaisquer natureza realizadas no bem, sem que lhe caiba o direito de quaisquer indenizações pelo cedente.

Art. 4° A presente cessão terá o prazo de 20 (vinte) anos, podendo o Executivo Municipal prorrogar o prazo da cessão de uso por igual período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 04 de fevereiro de 2025.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em 05/02/25
Horário: 9:45
Secretaria

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Câmara Municipal de João Monlevade 06

- Transporte da Ficha N.º 02 -

QUADRA F:

LOTES:	MATRICULAS:
009	4822 L. 2
010	5526 L. 2
011	7.974 2
012	7.174.livro 02.
013	6.025 livro 02.
014	8.582 livro 02
015	8 585 livro 02
016	4.492 livro 02
017	
018	5.325 livro 02
019	4.226 livro 02..
020	5.263 livro 002

Uma área de.....360,00M2 .....4.349 livro 02..

Dou fé. O Oficial,

R-2-4.139-Prot.11.354. -01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º,nº - III, da lei 6.766 de 19-12-79,CERTIFICO que passa para o dominio - da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,inscrita no CGC/MF sob nº 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 12.730M2 (doze mil,sete centos e trinta metros quadrados),confrontando-se por seus diversos lados com a Rua Olga Demetria,Córrego, Rua Lafaiete da Fonseca e com quem de direito".Dou fé. O Oficial,

R-3-4.139-Prot. 11.354.-01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º,nº - III da lei 6.766 de 19-12-79,CERTIFICO que passa para o dominio da- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, inscrita no CGC/MF sob nº - 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 7.200M2 (sete mil e duzentos metros quadrados), da planta de loteamento "Mangabeiras", - Bairro Carneirinhos, desta cidade, confrontando-se por seus diver - sos lados com a Rua Maria da Fonseca,Rua Lafaiete da Fonseca;Rua - Olga Demétria e com quem de direito".Dou fé. O Oficial,

R-4-4.139-Prot. 1.354.-01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º nº 03 III da lei 6.766 de 19-12-79, CERTIFICO que passa para o dominio da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, inscrita no CGC/MF sob nº - 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 1.200M2 (hum mil e du - zentos metros quadrados),localizada na quadra "D", da planta de lo- teamento "Mangabeiras", Bairro Carneirinhos, desta cidade,confron - tando-se por seus diversos lados com a Rua Maria da Fonseca,Bairro- N.S. do Rosário,lotes nºs 01 e 03 da mesma quadra".Dou fé. O Oficial,

Registro de Imóveis - João Monlevade - Ficha N.º 03

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

- Transporte da Ficha N.º - 03-4.139 L.2

...medindo 600 00m2(seiscentos metros quadrados),da área maior - averbada sob o nº05 desta matricula,da planta de loteamento MANGA BEIRAS, Bairro Carneirinhos-desta cidade,com as seguintes medidas e confrontações: 20 00ms de frente para a rua Olga Demetria, 30 00 ms dos lados e 20 00ms nos fundos com a requerente proprietária, conforme CROQUI aprovado pela Prefeitura Municipal de João Monleva de em 16/11/94 arquivado em cartório juntamente com o requerimento.Dou fé.O Oficial:.

AV-10.4139. -04/04/1995:Transferida a área de 600 00m2,objeto da - AV-9 desta matricula para PRONAOS ROSACRUZ MONLEVADE -AMORC conforme R-1 da matricula 11.365 L.2 deste cartório.Dou fé. O Oficial:-

AV-11-4.139-Prot. 23.107.-27/11/96.- Nos termos do artigo 167,inciso II nº 04 da lei 6015/6216, certifico haver averbado o desmembramento da área de terreno medindo 360,00M2 da planta de loteamento - do Bairro Mangabeiras,desta cidade,com as seguintes medidas e confrontações: 18,00ms de frente para a Rua Olga Demétria;18,00ms nos fundos com área verde;20,00ms pela direita com área verde restante e, 20,00ms pela esquerda também com área verde,DESMEMBRADA DA ÁREA DE 7.200M2, Registrada sob nº 003, desta matricula.Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-12-4.139.- 27/11/96.- CERTIFICO HAVER TRANSFERIDO A ÁREA DE 360, 00M2,desmembrada sob nº 11,desta matricula,PARA LOJA MAÇONICA LUZ - DO VALE Nº 45,ut R.01 da matricula 12.068 livro 02,deste cartório.-

Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-13 – Matr. 4.139 - Prot. 43.628, de 17/05/2012 - Nos termos do artigo 246 da 6015/6216 e lei municipal nº 1.918/2011 de 11/03/2011 da Prefeitura Municipal de João Monlevade, que se arquiva em cartório, Certifico haver averbado a DESAFETAÇÃO de uma área verde de propriedade da Prefeitura Municipal local, inscrita no CNPJ Nº 18.401.059/0001-57, da planta de loteamento Mangabeiras, Bairro Mangabeiras, desta cidade, registrada sob o R.03, objeto desta matricula, com a Área de terras medindo 720,00m2, com as seguintes medidas e confrontações: 24,00ms. de frente para a Rua Leopoldo da Fonseca, 24,00ms. de fundos com a área verde. 30,00ms. na lateral direita com área verde. 30,00ms. na lateral esquerda com área verde. EML: 11,10 TFJ: 3,49 TOTAL: 14,59 COD. 4159-0. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

onr

Valide aqui
este documento

REGISTRO DE IMÓVEIS DE JOÃO MONLEVADE/MG
Titular: Renato Josafá da Rocha
Avenida Getúlio Vargas, 4.237, Carneirinhos, CEP: 35.930-002
Telefone: (31) 3851 - 2881 **E-mail:** registrodeimoveis_jm@yahoo.com.br

Câmara Municipal de J. Monlevade 07

CERTIDÃO

Atendendo a pedido recepcionado sob nº 29554 da pessoa interessada e revendo os arquivos deste cartório no Livro n°02 sob CNM nº **056994.2.0004139-50** verifiquei constar:

CNM: 056994.2.0004139-50

Registro Geral - Livro Nº 2
Oficial -

MATRÍCULA - N.º 4.139.

DATA - 30-11-83.

IMÓVEL - Uma área de terreno medindo 106.670,00M2 (cento e seis - mil, seiscentos e setenta metros quadrados), situada no lugar denominado "Engenho", deste município, confrontando-se por seus diversos lados com terrenos de José Francisco Moreira e outros, Bairro - Nossa Senhora do Rosário.

PROPRIETÁRIOS: MOACIR FONSECA S/M HELENA MAFALDA FONSECA, CPF nº - 038.323.686/ JOSÉ FRANCISCO MOREIRA E S/M CÉLIA FONSECA MOREIRA, - CPF nº 176.802.806/; DR. ANTONIO ROBERTO LOPES CARVALHO, casado, médico, CPF nº 217.212.546/68; SEBASTIÃO JOSÉ DOS SANTOS E S/M DIVA ALVES DOS SANTOS, CPF nº 017.862.376/; LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA E S/M MARIA INÊS DE OLIVEIRA, CPF nº 012.754.456; ROMEU ONOFRE DA FONSECA, solteiro, maior, CPF nº 217.212.546/68, brasileiros, residentes nesta cidade.

Regs. ants. 10.843 livro 3-G, fls. 236; 10.874 livro 3-G, fls. 242 do - Cartório de Reg. de Imóveis de Rio Piracicaba e, 01 matricula 1.581 livro 02 d/ cartório.

REGISTROS E AVERBAÇÕES

R-1-4.139-Prot. 5.840.-30-11-83. LOTEAMENTO: Conforme memorial de - Loteamento os terrenos acima foram subdivididos em quarteirões e - Lotes, dando origem ao LOTEAMENTO MANGABEIRAS, situado no Bairro - Carneirinhos, desta cidade, que de acordo com a planta aprovada em - 19-08-1981, pela Prefeitura Municipal local, são os seguintes, com - área, limites e confrontações constantes da planta e memorial descritivo.

QUADRA A:	LOTES:	MATRICULAS:
	001	5.608 livro 02.
	002	4.215 livro 02.
	003	4.288 livro 2
	004	4.854 livro 02.
	005	4.216 livro 02.
	006	5.220 livro 02.
	007	6.332 livro 02.
	008	6477 livro 02.
	009	4.786.livro 02.
	010	4255 livro 02.
	011	6.324 livro 02.

Registro de Imóveis - João Monlevade - Ficha N.º 01

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
Tudo de bom nos dois lados do balcão
ridigital

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

- Transporte da Ficha N.º 01 -

QUADRA C:	LOTES:	MATRICULAS:
	008	8529. livro 2
	009	8525.livro 02.
	010	7239 livro 02
	011	8530.livro 02
	012	7.220.Livro 2
	013	5.954 livro 02
	014	8526 livro 02
	015	8502.L.2.
	016	8531.livro 2
	017	8505.L.2.
	018	6.434.Livro 02
	019	8229.Livro 02
	020	6.436.Livro 02
	021	7.078.Livro 02
	022	5.221 livro 002
	023	8527.livro 02
	024	4.218. livro 02.
	025	8.258 livro 02***
	026	4.222. livro 02.
	027	8532 livro 02
	028	8528. livro 02
	029	4,287 livro 02
	030	4273 livro 02
QUADRA D:	001	8995.livro 02
	002	8586 L.02
	003	6589...Livro 02
	004	8587L.02
	005	6590...Livro.02
	006	10.765 livro 02
	007	4.402.livro 02
	008	7804.Livro 02
	009	4.743.livro 02
	010	8588 Livro 02.
	011	5.811 livro 02.
	012	8.255 livro 02***
	013	4.486. livro 02.
	014	4.220.livro 2.
	015	5.175 L. 2
	016	Usucapião 24.564 L-2
	017	5.203 livro 02
	018	8589 livro 02
	019	5.993 livro 02.

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Câmara Municipal de Monlevade
08

- Transporte da Ficha N.º 02 -

QUADRA F:	LOTES:	MATRICULAS:
	009	4822 L. 2
	010	5526 L. 2
	011	7.974 2
	012	7.174.livro 02.
	013	6.025 livro 02.
	014	8.582 livro 02
	015	6 585 livro 02
	016	4.492 livro 02
	017	
	018	5.335 livro 02
	019	4.226 livro 02..
	020	5.263 livro 002

Uma área de.....360,00M2 .....4.549 livro 02..

Dou fé. O Oficial,

R-2-4.139-Prot.11.354. -01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º,nº - III, da lei 6.766 de 19-12-79,CERTIFICO que passa para o dominio - da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,inscrita no CGC/MF sob nº 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 12.730M2 (doze mil,sete centos e trinta metros quadrados),confrontando-se por seus diversos lados com a Rua Olga Demetria,Córrego,Rua Lafaiete da Fonseca e com quem de direito".Dou fé. O Oficial,

R-3-4.139-Prot. 11.354.-01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º,nº - III da lei 6.766 de 19-12-79,CERTIFICO que passa para o dominio da- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, inscrita no CGC/MF sob nº - 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 7.200M2 (sete mil e du- zentos metros quadrados), da planta de loteamento "Mangabeiras", - Bairro Carneirinhos, desta cidade, confrontando-se por seus diver - sos lados com a Rua Maria da Fonseca,Rua Lafaiete da Fonseca;Rua - Olga Demétria e com quem de direito".Dou fé. O Oficial,

R-4-4.139-Prot. 1.354.-01-09-87. Nos termos do artigo 9º § 2º nº 03 III da lei 6.766 de 19-12-79, CERTIFICO que passa para o dominio da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, inscrita no CGC/MF sob nº - 18.401.059/0001-57," Uma área verde medindo 1.200M2 (hum mil e du - zentos metros quadrados),localizada na quadra "D", da planta de lo- teamento "Mangabeiras", Bairro Carneirinhos, desta cidade,confron - tando-se por seus diversos lados com a Rua Maria da Fonseca,Bairro- N.S. do Rosário,lotes nºs 01 e 03 da mesma quadra".Dou fé. O Oficial,

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

- Transporte da Ficha N.º - 03-4.139 L.2

...medindo 600 00m2(seiscentos metros quadrados), da área maior - averbada sob o nº05 desta matricula, da planta de loteamento MANGA BEIRAS, Bairro Carneirinhos-desta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: 20 00ms de frente para a rua Olga Demetria, 30 00 ms dos lados e 20 00ms nos fundos com a requerente proprietária, conforme CROQUÍ aprovado pela Prefeitura Muntcipal de João Monleva de em 16/11/94 arquivado em cartório juntamente com o requerimento.Dou fé.O Oficial:.

AV-10.4139. -04/04/1995:Transferida a área de 600 00m2, objeto da - AV-9 desta matricula para PRONAOS ROSACRUZ MONLEVADE -AMORC conforme R-1 da matricula 11.365 L.2 deste cartório.Dou fé. O Oficial:-

AV-11-4.139-Prot. 23.107.-27/11/96.- Nos termos do artigo 167, inciso II nº 04 da lei 6015/6216, certifico haver averbado o desmembramento da área de terreno medindo 360,00M2 da planta de loteamento - do Bairro Mangabeiras, desta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: 18,00ms de frente para a Rua Olga Demétria; 18,00ms nos fundos com área verde; 20,00ms pela direita com área verde restante, 20,00ms pela esquerda também com área verde, DESMEMBRADA DA ÁREA DE 7.200M2, Registrada sob nº 003, desta matricula. Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-12-4.139.- 27/11/96.- CERTIFICO HAVER TRANSFERIDO A ÁREA DE 360, 00M2, desmembrada sob nº 11, desta matricula, PARA LOJA MAÇONICA LUZ DO VALE Nº 46, ut R.01 da matricula 12.068 livro 02, deste cartório.-

Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-13 – Matr. 4.139 - Prot. 43.628, de 17/05/2012 - Nos termos do artigo 246 da 6015/6216 e lei municipal nº 1.918/2011 de 11/03/2011 da Prefeitura Municipal de João Monlevade, que se arquiva em cartório, Certifico haver averbado a DESAFETAÇÃO de uma área verde de propriedade da Prefeitura Municipal local, inscrita no CNPJ Nº 18.401.059/0001-57, da planta de loteamento Mangabeiras, Bairro Mangabeiras, desta cidade, registrada sob o R.03, objeto desta matricula, com a Área de terras medindo 720,00m2, com as seguintes medidas e confrontações: 24,00ms. de frente para a Rua Leopoldo da Fonseca, 24,00ms. de fundos com a área verde. 30,00ms. na lateral direita com área verde. 30,00ms. na lateral esquerda com área verde. EML: 11,10 TFJ: 3,49 TOTAL: 14,59 COD. 4159-0. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

- Transporte da Ficha N.º - 03-4.139 L.2

...medindo 600 00m2(seiscentos metros quadrados), da área maior - averbada sob o nº05 desta matricula, da planta de loteamento MANGA BEIRAS, Bairro Carneirinhos-desta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: 20 00ms de frente para a rua Olga Demetria, 30 00 ms dos lados e 20 00ms nos fundos com a requerente proprietária, conforme CROQUÍ aprovado pela Prefeitura Muntcipal de João Monleva de em 16/11/94 arquivado em cartório juntamente com o requerimento.Dou fé.O Oficial:.

AV-10.4139. -04/04/1995:Transferida a área de 600 00m2, objeto da - AV-9 desta matricula para PRONAOS ROSACRUZ MONLEVADE -AMORC confor me R-1 da matricula 11.365 L.2 deste cartório.Dou fé. O Oficial:-

AV-11-4.139-Prot. 23.107.-27/11/96.- Nos termos do artigo 167, inciso II nº 04 da lei 6015/6216, certifico haver averbado o desmembramento da área de terreno medindo 360,00M2 da planta de loteamento - do Bairro Mangabeiras, desta cidade, com as seguintes medidas e con - frontações: 18,00ms de frente para a Rua Olga Demétria; 18,00ms nos- fundos com área verde; 20,00ms pela direita com área verde restante- e, 20,00ms pela esquerda também com área verde, DESMEMBRADA DA ÁREA DE 7.200M2, Registrada sob nº 003, desta matricula. Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-12-4.139.- 27/11/96.- CERTIFICO HAVER TRANSFERIDO A ÁREA DE 360, 00M2, desmembrada sob nº 11, desta matricula, PARA LOJA MAÇONICA LUZ - DO VALE Nº 45, ut R.01 da matricula 12.068 livro 02, deste cartório.-

Dou fé. O Oficial Substituto,

AV-13 – Matr. 4.139 - Prot. 43.628, de 17/05/2012 - Nos termos do artigo 246 da 6015/6216 e lei municipal nº 1.918/2011 de 11/03/2011 da Prefeitura Municipal de João Monlevade, que se arquiva em cartório, Certifico haver averbado a DESAFETAÇÃO de uma área verde de propriedade da Prefeitura Municipal local, inscrita no CNPJ Nº 18.401.059/0001-57, da planta de loteamento Mangabeiras, Bairro Mangabeiras, desta cidade, registrada sob o R.03, objeto desta matricula, com a Área de terras medindo 720,00m2, com as seguintes medidas e confrontações: 24,00ms. de frente para a Rua Leopoldo da Fonseca, 24,00ms. de fundos com a área verde. 30,00ms. na lateral direita com área verde. 30,00ms. na lateral esquerda com área verde. EML: 11,10 TFJ: 3,49 TOTAL: 14,59 COD. 4159-0. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP

Câmara Municipal de João Monlevade 09

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital Índice de Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

AV.14 – Matr. 4.139 - Prot. 43.628, de 17/05/2012 – Nos termos do artº 167 inciso II nº 04 da Lei 6015/6216, Instrução Normativa 176/88 da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, CROQUI aprovado pela Prefeitura Municipal de João Monlevade em 14/05/2012 com Memorial descritivo datado de 05/2012. e requerimento da parte interessada datado de 15/05/2012, que ficam arquivados procede ao DESMEMBRAMENTO seguinte: Área de terras medindo 720,00m2, com as seguintes medidas e confrontações: 24,00ms. de frente para a Rua Leopoldo da Fonseca, 24,00ms. de fundos com a área verde, 30,00ms. na lateral direita com área verde, 30,00ms. na lateral esquerda com área verde; EML: 11,10 TFJ: 3,49 TOTAL: 14,59 COD. 4159-0. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

AV.15 – Matr. 4.139 – 08/06/2012 – TÍTULO: AVERBAÇÃO DE TRANSFERENCIA/ ABERTURA DE MATRÍCULA: CERTIFICO QUE FOI ABERTA A MATRÍCULA DA Área de terras medindo 720,00m2, com frente para a Rua Leopoldo da Fonseca, averbada na AV.13 e 14 desta matricula, para ARTUR GOMES DE ARAÚJO FILHO, ut. R.01 DA MATRÍCULA 17.631, LIVRO 02 REGISTRO GERAL DESTA SERVENTIA. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

AV.16 – MAtr. 4.139 – 11/06/2012 – Nos termos do artº 213 inciso I da Lei 6015/6216, Corrijo o erro evidente com a devida cautela da lei para constar que na AV. 15, desta matrícula, onde se lê: Artur Gomes de Araújo Filho, LEIA-SE: MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG. Averbado em 08/06/2012. DOU FÉ. O OFICIAL.

Transportes

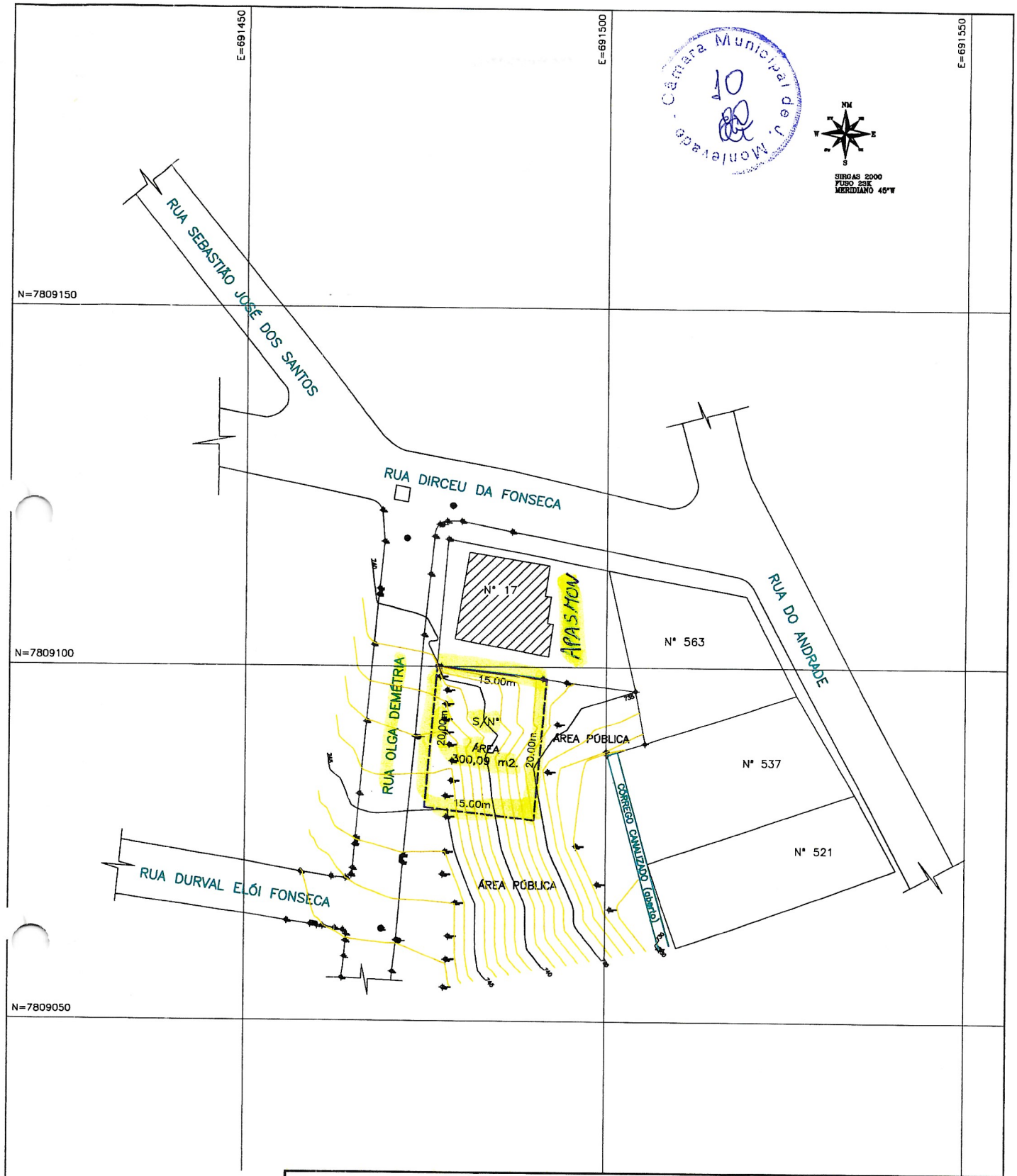
CERTIFICO que a cópia acima é reprodução fiel do inteiro teor da **matrícula nº056994.2.0004139-50**, do livro nº02 deste Serviço de Registro de Imóveis de João Monlevade/MG, compreende as informações vigentes de sua descrição, número de contribuinte, proprietário, direitos, ônus e restrições, judiciais e administrativas, incidentes sobre o imóvel e o respectivo titular, além das demais informações necessárias à comprovação da propriedade e à transmissão e à constituição de outros direitos reais, tendo sido expedida nos termos do art.19 da Lei Federal nº6.015/73. **DOU FÉ.**

João Monlevade/MG, 21 de novembro de 2024.

Tamires Miranda da Silva Elói
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00000362040141, Registro de Imóveis de João Monlevade/MG. Selo de consulta: ICU95621, código de segurança: 5587821389185014. Cód.: 8401, quantidade: 1. Emolumentos: R$ 26,11. Recompe: R$ 1,57. TFJ: R$ 9,78. ISS: R$ 0,78. Total: R$ 38,24. Valor final ao usuário: R$ 76,48. "Consulte a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br".

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/TL7QL-U5TE6-ZWHGE-5CHJP



SERVIÇO: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE ÁREA PÚBLICA PARA FINS DE PERMISSÃO DE USO	REQUERENTE: MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
	LOCAL: RUA OLGA DEMÉTRIA, S/Nº
RESPONSÁVEL TÉCNICO: CLEITON EMILIANO PEDRO DOS SANTOS CRT-MG – 06557049630	BAIRRO: MANGABEIRAS / ÁREA: 300.09m²
	MUNICÍPIO: JOÃO MONLEVADE / ESCALA: 1:500
DATA: SETEMBRO/2024 / DESENHO:	ESTADO: MINAS GERAIS / FOLHA: 1/1

NOME DO ARQUIVO CAD: APASHOW - MANGABEIRAS.DWG

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de João Monlevade 11

LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 26/2024

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE IMOBILIÁRIA OBJETO DA AVALIAÇÃO **DATA: 19/09/2024**

I – CARACTERÍSTICAS GERAIS

TIPO DO IMÓVEL	Inscrição Loteamento			Inscrição Cadastral				Inscrição Municipal:
(X) Territorial	Quadra	Lote	Gleba	Setor	Quadra	Lote	Unid.	Matrícula:
( ) Predial								Cartório:

Nome do Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE			CPF/CNPJ: 18.401.059/0001-57
Endereço do Imóvel:			
Rua/ Av.: Rua Olgademetria	Nº: s/nº	Bairro: Mangabeiras	Loteamento:
Município: João Monlevade	Estado: MG		CEP:
Área terreno: 300 m2	Área construída:	Fração ideal:	Testada:

Dimensões do Terreno/ m	Frente:	Fundos:	Lat. Direita:	Lat. Esquerda:	( ) Irregular

II – CARACTERÍSTICAS DO TERRENO

INFRAESTRUTURA

NO LOGRADOURO		PAVIMENTAÇÃO		NA UNIDADE		CARACT. FÍSICAS	
1 – Ilum. Pública	X	1 – Não		1 – Passeio		1 – Topografia ( ) reg (X) irreg.	
2 – Coleta lixo/ limpeza	X	2 – Asfalto		2 – Muro/ gradil		2 – Esquina	
3 – Água	X	3 – Paralelepípedo		3 – Cerca		3 – Frente / testada	
4 – Esgoto	X	4 – Bloquete	X	4 – Luz	X	4 – Fundos	
5 – Telefone	X	5 – Poliédrico		5 – Água	X	5 - Inundável	
6 – Meio-fio/ sarjeta	X	6 - Concreto		6 – Esgoto		6 – Rochoso	
7 – Galeria pluvial	X			7 – Telefone		7 – Vila/ gleba	
8 – Pavimentação	X			8 – Gás canalizado		8 – Declividade	
9 – Transp. Coletivo	X					9 – Localização	
10 – Gás canalizado	X					( ) boa (X) regular ( ) má	

III – CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

ESPÉCIE		ESTADO		ESTRUTURA		DESTINAÇÃO	
1 - Sub-habitação		1 - Concluída		1 – Concreto		1 - Residencial	
2 - Barracão		2 - Em construção		2 – Metálica		2 - Comercial	
3 - Casa		3 - Paralisada		3 – Alvenaria		3 - Industrial	
4 - Apto		4 - Em demolição		4 – Madeira		4 - Serviço privado	
5 - Loja		5 - Provisória		5 – Adobe		5 - Serviços públicos	
6 - Sala		**CONSERVAÇÃO**		**COBERTURA**		6 - Uso coletivo	
7 - Galpão		( ) má ( ) regular		( ) laje ( ) cerâmica		**UTILIZAÇÃO**	
8 - Indústria		(x) boa		( ) amianto ( ) metálica		1 – Própria	
9 - Construção		**FUNDAÇÃO**		**ACABAMENTO**		2 – Cedida	
10 - Terreno		( ) Sapata ( ) Tubulão		1 – Popular		3 – Alugada	
		( ) Baldrame ( ) Estaca		2 – Baixo		4 - Fechada	
				3 – Médio/ normal			
				4 – Alto			

IV – AVALIAÇÃO

Tipo	Área / m²	Valor Parcial m²	Valor Total
1 – Terreno	300 m²	R$483,90	R$145.170,00
2 – Edificação principal			

3 – Valor Total: R$145.170,00

Por extenso: cento e quarenta e cinco mil e cento e setenta reais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

V – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

1 – O terreno foi avaliado tomando por base o comportamento real do mercado imobiliário e as características básicas de infra-estrutura descritos no item II, acima;

VI – DA VALIDADE DA AVALIAÇÃO

1 – O valor desta avaliação tem validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
2 – Findo este prazo, o processo deverá voltará à Comissão para nova avaliação.

VII – DA FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

1 – Origem: Secretaria Municipal de Assistência Social.
2 – Motivação/ Justificativa: para construção da entidade.

VIII – RECOMENDAÇÕES / OBSERVAÇÕES:

Área para atender a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de João Monlevade.(sessão da área).

X – ANEXOS

( ) Fotográfico ( ) Levantamento topográfico ( ) Escritura / Registro ( ) Contrato de Compra e Venda

X – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (Portaria nº. 364 / 2021)

José Silvério dos Santos
Presidente – PMJM

Cleiton Emiliano Pedro dos Santos
Membro - PMJM

Dilermando de Aranda Lima
Membro – Engº Civil

Eduardo Bastos
Membro - PMJM

André Soares Laranja
Membro – Corretor

Raimundo Vitor da Costa
Membro – Corretor

Júlio César Costa Lage Neves
Membro – Corretor

XI – LOCAL E DATA

João Monlevade, 13 de novembro de 2024.

XII – DESPACHO – PREFEITO MUNICIPAL

(X) Deferido

( ) Indeferido

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

13/ 11/ 2024.

APAS – MON - Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região

APAS - MON

.Fundada em 06 / 05 / 2000 CNPJ: 04.280.580/0001-79
.Registrada em Cartório em 26 / 01 / 2001
.Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social nº 11 em 07 / 07 / 2001
.Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 13 em 07/ 07/2001
.Filiada na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Esportes nº 16.978 em 06/05/2004
.Filiada à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS nº 132 de 22/10/2002
.Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social nº 71010.002122/2006-63 em 19/12/2006
.Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.554 de 29/11/2002
.Utilidade Pública Estadual Lei nº 15.320 de 08/09/2004
.Utilidade Pública Federal Portaria 1.276 de 14/05/2006 nº 08071.009326/2006-74
.CEBAS – Portaria 168 de 28/12/2020 - Pub.29/12/202-Ministério da Cidadania /Secretaria Nacional de Assistência Social

Câmara Municipal de J. Monlevade 12

Ofício/requerimento 030/2024

Excelentíssimo Senhor
Dr. Laercio José Ribeiro
Prefeito Municipal de João Monlevade

Assunto: Requerimento faz,

Prezado,

A APAS – MON (Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região) APAS-MON, representada por sua presidente Virgínia Lima Pires, CPF de nº 328 083726-04, no legítimo uso de seu mandato – maio de 2024 a maio de 2026, REQUER de Vossa Excelência, cessão de área de 300 metros quadrados, sendo 20 metros de frente e 15 metros de fundo, situada à Rua Olga Demétria, a partir do número 17, no Bairro Mangabeiras, onde a OSC está situada.

Tal cessão destina-se à ampliação da área construída, exigência decorrente do aumento no número de pessoas atendidas e à necessidade de garantir a oferta de novos procedimentos no tratamento da saúde auditiva e de outras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Terapias – (PICS).

Esperando deferimento, subscrevemos,

Atenciosamente,

João Monlevade, 14 de agosto de 2024.

Virgínia Lima Pires
Presidente da APAS-MON
Virginia Lima Pires
Presidente da APAS-MON

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

APAS - MON

Asso ção de Pais e Amigos dos Amigos dos dos de Monlevade e Região

CNPJ: 04.280.580.0001/79

Associação de Pais e Amig
dos Surdos de Monlevade e Re
Rua Olga Derrétis, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-19
João Monlevade - MG

DIRIGENTES DA APAS-MON PARA O BIÊNIO 2024/2026

NOME DO DIRIGENTE DA OSC	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL	CARTEIRA DE IDENTIDADE C/ ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
Presidente: Virgínia Lima Pires	Rua Armando Batista, n°: 350- Bairro: Rosário- João Monlevade/MG CEP: 35930-175	31-98881-9238	Virginialima36@gmail.com	M-261-383/SSP/MG	328.083.726-04
Vice Presidente Maria Valdete Leite da Cruz	Rua Padre Hildebrando Freitas, nº 120 – Bairro: Vila Tanque – João Monlevade MG CEP: 35930-439	31-3852-6377 99377-0901	valdete@robynet.cpm.br	M-963.120/SSP/MG	089.265.226-87
Primeiro Secretário Geraldo Majela Couto	Rua Moacir da Fonseca, nº 205, Bairro: Mangabeiras- João Monlevade/MG CEP: 35930-490	31-99363-9800 31-3851-4416	Apasmon.jm@gmail.com	MG-2579.551/SSPMG	378.970.206-49
Segunda Secretária Eugênia Lemos de Abreu	Rua 8, nº 37 – Bairro Vila Tanque João Monlevade/MG CEP: 35930-431	31-99148-4253	Apasmon.jm@gmail.com	MG-2.180.613/PCMG	616.460.406-00
Primeira Tesoureira Vanda Loureiro Gomes	Rua Ayres Quaresma, n° 51- Bairro: Nossa Senhora da Conceição- João Monlevade /MG- CEP: 35930-016	31-99639-4445 31-3851-1550	loureirovanda@hotmail.com	MG-3.175.690/PCMG	792.426.856-15
Segundo Tesoureiro Isaías Ferreira de Sousa	Rua Evangelista, n° 103, Apto. 303 -Bairro: Alvorada- João Monlevade / MG CEP: 35.930-024	31-98585-2285	isaico@hotmail.com	MG-1064.633/SSP/MG	208.640.356-91
Conselho Fiscal Efetivo Paulo Fernando Marçoni Silva	Rua Ayres Quaresma, nº 89 – Bairro: Nossa senhora da Conceição - João Monlevade /MG- CEP: 35930-016	31-99130-0082	Pmarconi_9@hotmail.com	M-1.218.911/SSP/MG	399.875.826-72
Conselho Fiscal Efetivo Tâmara Grasiela Coelho	Rua Alberto Scharlê, n° 443 apto.501 - Bairro: Aclimação - João Monlevade-MG – CEP:35930-400	31-98709-1368	tamaragcoelho@yahoo.com.br	M-361.6210/SSP-MG	050.686.286-03
Conselho Fiscal Efetivo Sara Tavares Oliveira Vasconcellos	Rua Barra Mansa, n° 119 A, Bairro: Rosário- João Monlevade/MG – CEP: 35930-165	31-98484-9287	apasmon.jm@gmail.com	MG-3.135.339/PCMG	697.471.216-20
Conselho Fiscal Suplente Evânia Aparecida Rodrigues do Nascimento	Rua Luiz Gonzaga, nº 478 - Bairro: Santo Hipólito João Monlevade/MG – CEP: 35931-205	31-98797-8276	apasmon.jm@gmail.com	MG-18.915.651/SSPMG	490.284.722-15
Conselho Fiscal Suplente Isabel Godinho Barony	Rua Dezessete, nº 43 – Bairro Vila Tanque – João Monlevade/MG – CEP: 35930-409	31- 99318-9636	belbarony@gmail.com	MG-550.400/SSPMG	489.411.416-00
Conselho Fiscal Suplente Sônia Maria Melo Barbosa	Rua Nova lima, 425 – Bairro Lucília – João Monlevade/MG – CEP: 35930-244	31-98507-8353	apasmon.jm@gmail.com	MG 1.549.267/SSP/MG	250.366.966-20

Monlevade - Câmara Municipal de J.
13

2024-2026, aos 06 dias de maio de 2024, às 17 (dezessete) horas e trinta minutos em segunda convocação, reuniu-se a direto e associados, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região, na Rua Olga Demétria nº 17, Bairro Mangabeiras, João Monlevade, Minas Gerais; com o objetivo de eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2024-2026. Não havendo nenhuma chapa apresentada a assembléia votou por unanimidade pela recondução da diretoria e Conselho Fiscal em exercício com a substituição do conselheiro fiscal suplente, João Ferreira Gomes, pela Conselheira suplente Sônia Maria Melo Barbosa. A recondução foi aprovada pela assembléia, tendo constado da mesma a seguinte diretoria para o período: Para Presidente Virgínia Lima Pires, brasileira, casada, nascida em 30/08/1942, professora aposentada, portadora do RG nº M-261.383 e CPF: 328.083.726-04, residente na Rua Armando Batista, nº 350 – Bairro Rosário- João Monlevade – MG - CEP: 35.930-175; Vice-Presidente: Maria Valdete Leite da Cruz, brasileira, viúva, nascida em 14/04/1950, enfermeira aposentada, portadora do RG nº M-963.120 e CPF 089.265.226-87, residente na Rua Padre Hildebrando Freitas, nº 120 - Bairro Vila Tanque – João Monlevade - MG – CEP: 35.930-439; Primeira Tesoureira: Vanda Loureiro Gomes, brasileira, viúva, nascida em 20/10/1940, professora aposentada, portadora do RG nº MG-3.175.690 e CPF 792.426.856-15, residente na Rua Ayres Quaresma, nº 51 – Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade - MG – CEP: 35.930-016; Segundo Tesoureiro: Isaías Ferreira de Sousa, brasileiro, casado, nascido em 03/06/1957, professor aposentado, portador do RG nº MG - 1.064.633 e CPF 208.640.356-91, residente na Rua Evangelista, nº 103- Apto 303 - Bairro Alvorada, João Monlevade – MG – CEP: 35.930-024; Primeiro Secretário: Geraldo Majela Couto, brasileiro, casado, nascido em 03/07/1960, contador, portador do RG nº MG-2.579.551 e CPF 378.970.206-49, residente na Rua Moacir da Fonseca, nº 205- Bairro Mangabeiras, João Monlevade - MG – CEP: 35.930-490; Segunda secretária: Eugênia Lemos de Abreu, brasileira, viúva, nascida em 06/08/1960, do lar aposentada, portadora do RG nº MG-2.180.613 e CPF 616.460.406-00, residente na Rua 8, nº 37 – Bairro Vila Tanque, João Monlevade - MG – CEP: 35.930-431; Conselho Fiscal Efetivo: Paulo Fernando Marçoni Silva, brasileiro, casado, nascido em 11/08/1960, empresário, portador do RG nº M- 1.218.911 e CPF 399.875.826-72, residente na Rua Ayres Quaresma, nº 89 – Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade – MG – CEP: 35.930-016; Tâmara Grasiela Lima Coelho, brasileira, casada, nascida em 14/10/1972, professora, portadora do RG nº M-3. 616.210 e CPF 050.686.286-03, residente na Rua Alberto Scharlê, nº 443, Apto. 501 – Bairro Aclimação, João Monlevade - MG – CEP: 35.931-400; Sara Tavares Oliveira Vasconcellos, brasileira, casada, nascida em 14/05/1964, pedagoga, portadora do RG MG-3.135.339 e CPF 697.471.216-20, residente na Rua Barra Mansa, nº 119 A – Bairro Rosário, João Monlevade – MG – CEP: 35.930-165; Conselho Fiscal Suplente: Evânia Aparecida Rodrigues do Nascimento, brasileira, viúva, nascida em 08/06/1978, Fiscal de Postura, portadora do RG nº MG – 18.915.651 e CPF 490.284.722-15, residente na Rua Luiz Gonzaga, nº 478 – Bairro Santo Hipólito, João Monlevade - MG - CEP: 35.931-205; Isabel Godinho Barony, brasileira, casada, nascida em 27/02/1942, professora aposentada, portadora do RG MG- 550.400 e CPF 439.411.416-00, residente na Rua Dezessete, nº 43 – Bairro Vila Tanque , João Monlevade – MG - CEP: 35.930-409; Sônia Maria Melo Barbosa, casada, nascida em 14/10/1955, aposentada, portadora do RG MG 1.549.267 e do CPF 250.366966-20, residente na Rua Nova Lima, 425, Bairro Lucília, João Monlevade/MG. Após a aprovação por todos os presentes, a presidente Virgínia Lima Pires, deu por empossada a nova diretora e conselho fiscal e, encerrou a assembléia. Tendo sido elaborada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada, por mim, primeiro secretário e por todos os presentes. João Monlevade, 06 de maio de 2024.

Presidente: Virgínia Lima Pires: Virgínia Lima Pires

Vice-Presidente: Maria Valdete Leite da Cruz Maria Valdete Leite da Cruz

Primeira Tesoureira: Vanda Loureiro Gomes Vanda Loureiro Gomes

Segundo Tesoureiro: Isaías Ferreira de Sousa

Primeiro Secretário: Geraldo Majela Couto Geraldo Majela Couto

Segunda Secretária: Eugênia Lemos de Abreu: Eugênia Lemos de Abreu

Conselho Fiscal Efetivo

Paulo Fernando Marçoni Silva

Tâmara Graziela Lima Coelho Tâmara Graziela Lima Coelho

Sara Tavares Oliveira Vasconcellos Sara Tavares Oliveira Vasconcellos

Conselho Fiscal Suplente

Evânia Aparecida Rodrigues do Nascimento Evânia Aparecida Rodrigues do Nascimento

Isabel Godinho Barony Isabel Godinho Barony

Sônia Maria Melo Barbosa: Sônia Maria Melo Barbosa

Demais Presentes:

Maria Aparecida da Fonseca Gomes

Vanete Aparecida Gomes

Tamara Cristina dos Santos Silva

Neide das Graças Alexandre Silva; Sabrina Martins Soares, Maria Aparecida da Silva

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de João Monlevade - MG
CNPJ: 18.266.668/0001-40
Avenida Wilson Alvarenga, Sala 904, 1059 - Carneirinhos - CEP:35930-001
Fone: (31)3852-2759 Email: cartoriortdpjjm@gmail.com
Carla Augusta Oliveira Faleiro Barroso - Oficiala

CERTIDÃO RESUMIDA

CERTIFICO, a requerimento expresso de parte interessada, que revendo os Livros nesta Serventia, encontrou o registro do Ata de Eleição, registrado sob o número de ordem 464 averbação 44, em 13 de maio de 2024 em nome de:

Denominação: Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região - APASMON CNPJ: 04.280.580/0001-79

O referido é verdade e dou fé.
João Monlevade - MG, 13 de maio de 2024.
Responsável por buscas, redação e remissões desta Certidão:

Roseli Antônia de Souza Freitas - Substituta

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
João Monlevade - MG
SELO DE CONSULTA: HKR45942
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 39cb2fe053944277b9731387c49cb968
Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Roseli Antônia de Souza Freitas - Substituta
Emol.: R$ 27,65 - TFJ: R$ 9,78
Valor final: R$ 37,43 - ISS: R$ 0,78
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br

Código(s): 6503-7 - Quantidade: 1 - Emol.:R$ 26,09 - Rec.:R$ 1,56 - TFJ.: R$ 9,78 - Valor Final: R$ 37,43 - ISS: R$ 0,78

********** ESPAÇO ABAIXO EM BRANCO **********

APAS - MON

Câmara Municipal de J. Monlevade
16

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

Registro Civil das Pessoas Jurídicas - João Monlevade
RPJM

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MONLEVADE E REGIÃO – APAS-MON

CAPITULO I

SEÇÃO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FORO, OBJETIVO GERAL E FINALIDADES.

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MONLEVADE, doravante denominada, **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MONLEVADE E REGIÃO**, designada e conhecida pela sigla **APAS-MON**, fundada em 06 de maio de 2000, é uma Associação Beneficente de Assistência Social, de direito privado, sem fins lucrativos e de duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Comarca de João Monlevade, Estado de Minas Gerais, situada na Rua Olga Demétria, nº 17, Bairro Mangabeiras, João Monlevade, MG.

Art. 2º A **APAS-MON** tem como **público alvo os surdos** residentes na cidade de João Monlevade, e região do Médio Piracicaba tais como: Nova Era, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, São Gonçalo do Rio Abaixo, entre outras cidades do Médio Piracicaba.

Art. 3º A **APAS-MON** tem personalidade jurídica distinta de seus associados.

SEÇÃO II
DO OBJETIVO GERAL

Art. 4º A APAS-MON é uma entidade que oferece serviços de Beneficências de Assistência Social, de Saúde auditiva, de Psicologia e de Fonoaudiologia; A entidade realizará atividades de serviços de diagnósticos por registros gráficos: Audiometria Tonal/Limiar; Audiometria Vocal/Logoaudiometria; Imitanciometria; Emissões Otoacusticas – Teste da Orelhinha; Emissões Evocadas Transitórias E Produto de Distorção e Teste Vestibular; priorizando o surdo e não faz distinção de nacionalidades, situação econômica financeira, sexo, cor, crença política e religião; e lutará pela defesa dos seus direitos, viabilizando lhes o acesso à Educação, à Saúde, ao Lazer, ao Esporte, à Qualificação Profissional e à Inserção no Mercado de Trabalho, através de projetos e programas sociais, com parcerias junto às Empresas Privadas, Públicas e Organizações da Sociedade Civil.

Parágrafo único. O Exercício social da entidade coincidirá com o ano civil.

SEÇÃO III
DAS FINALIDADES

Art. 5º São Finalidades da **APAS-MON**
I - melhorar **a qualidade de vida do surdo** de Monlevade e Região, somando forças com instituições afins, buscando recursos, benefícios, suportes, junto a Instituições governamentais e Não Governamentais;
II - atender o surdo e seus familiares, orientando-os quanto à aceitação, valorização e o engajamento na luta pelos seus direitos;
III - viabilizar junto aos órgãos competentes, uma **educação inclusiva**, com estratégias adequadas aos surdos, garantindo-lhes acesso a todos os níveis de ensino;

IV - proporcionar **oficinas, cursos de qualificação profissional** junto a instituições governamentais e particulares, com o objetivo de **inserir o surdo no mercado de trabalho**, possibilitando o exercício de sua cidadania;
V - divulgar a **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS),** que é a língua oficial dos surdos, e solicitar aos órgãos competentes a **contratação de instrutor/intérprete** de **LIBRAS** para as escolas que tenham alunos surdos;
VI - possibilitar a contratação de uma **equipe médica multidisciplinar** e a aquisição de **próteses auditivas** para melhorar a audição do surdo e sua autoestima, tornando-o cidadão mais feliz no exercício de sua cidadania;
VII - buscar **parcerias** envolvendo as políticas públicas de **educação, saúde, assistência social e trabalho,** visando o **respeito** e o pleno desenvolvimento das **potencialidades e oportunidades** aos surdos;
VIII - encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos do surdo;
IX - oferecer capacitação e oportunizar os associados surdos a participarem da Diretoria, Conselho Fiscal ou Comissões Especiais da **APAS-MON**.
X - articular junto a outras entidades que têm como público alvo pessoas com deficiência, somando forças na defesa dos direitos, conquistas e melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Parágrafo único. A APAS-MON terá seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangueiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

CAPITULO II

SEÇÃO I
DOS ASSOCIADOS

Art. 6º A APAS-MON é constituída por número ilimitado de associados idôneos, admitidos a juízo da diretoria, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo, credo religioso ou político, distribuído nas seguintes categorias de associados:
I – Fundadores; as pessoas que assinaram a ata de fundação da Associação;
II – Beneméritos; aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude de relevantes serviços prestados à Associação;
III – Honorários; aqueles que hajam prestado relevantes serviços à causa, ou tenham contribuído de maneira apreciável para o progresso da humanidade, no campo da surdez;
IV – Contribuintes: todos os que concorrem para a Associação com contribuição mensal, semestral ou anual em dinheiro ou com prestação de serviços voluntários.

Parágrafo único. Condições para admissão como Associado Contribuinte:
I - ser proposto por um associado em pleno gozo de seus direitos sociais;
II - preencher ficha de cadastro com os seguintes dados: seu nome, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço comercial e residencial;
III - efetuar o pagamento das taxas fixadas pela diretoria, sob pena de ser considerada automaticamente sem efeito a admissão;
IV – prestar serviços voluntários contínuos e permanentes à Associação.

SEÇÃO II
DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 7º Constituem direitos dos Associados quites com suas obrigações sociais na qualidade de Associados Fundadores e Contribuintes:
I - votar e ser votado para os cargos eletivos;

II - tomar parte nas Assembleias Gerais e reuniões mensais;
III - requerer convocação da Assembleia, na forma deste estatuto.

Câmara Municipal de João Monlevade 18

Registro Civil das Pessoas Jurídicas - João Monlevade - RPJJM

SEÇÃO III
DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 8º São deveres dos Associados Fundadores e Contribuintes:
I - comparecer às assembleias e as reuniões;
II - acatar e cumprir as disposições estatutárias, regimentais, da Diretoria e da Assembleia Geral;
III - colaborar nos trabalhos da Associação, apresentando ideias, sugestões, temas e assuntos de interesse geral e tudo o que for benéfico às finalidades da APAS-MON;
IV - aceitar incumbências que lhe forem atribuídas participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalho;
V - contribuir com a mensalidade definida pela Diretoria e aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

SEÇÃO IV
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AOS ASSOCIADOS

Art. 9º Infringindo o presente Estatuto, os Associados estarão sujeitos às seguintes penalidades:
I – Advertência: será aplicada pelo Presidente da APAS-MON mediante a aprovação da Diretoria e sempre em caráter reservado, para punir faltas leves;
II – Exclusão: será aplicada por decisão da Diretoria, mediante proposta da Diretoria, para punir falta graves e/ou reiteradas faltas de pequeno teor ofensivo a juízo da Diretoria;
III – Eliminação: que será aplicada pela Assembleia Geral Extraordinária ou pela Diretoria no caso de não havendo recurso pelo Associado, mediante proposta da Diretoria para punir faltas gravíssimas e/ou reiteradas faltas graves.

§1º. Caberá recurso à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação da Diretoria.

§2º. A Assembleia Geral terá o prazo de 30 (trinta) dias para julgar o recurso.

§3º. O Associado que não recorrer no prazo do estabelecido no Parágrafo Primeiro, considerar-se-á eliminado da Associação.

§4º. Não apreciado o recurso no prazo do Parágrafo Segundo, o Associado restabelecerá a sua condição de Associado.

Art. 10. Os Associados da **APAS-MON** não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA E FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 11. A **APAS-MON,** terá como órgãos:

I – Assembleia Geral;
II – Diretoria; e
III – Conselho Fiscal.

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

Câmara Municipal de Monlevade
19

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
RPJ

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12. A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária constitui órgão soberano da instituição, dela podendo participar os associados em pelo gozo dos direitos que lhes confere este estatuto.

Art. 13. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital fixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. No edital de convocação deverá constar a "ordem do dia" com a discriminação dos trabalhos, não podendo ser discutidos assuntos que nela não conste, salvo quando pela assembleia for julgado urgente e merecedor de solução imediata.

§1º. A Assembleia será presidida pelo presidente da diretoria, que dirigirá os trabalhos, fornecendo as informações que lhe forem solicitadas pelos associados presentes.

§2º. Para decidir a respeito de assuntos estranhos à ordem do dia, deve a votação reunir pelo menos 2/3 (dois terços) de votos presentes.

§3º. Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em Segunda convocação, uma hora após a primeira convocação, com qualquer número.

Art. 14. As votações serão públicas ou secretas, conforme a própria assembleia resolver e apuradas por 2 (dois) escrutinadores nomeados pela assembleia.

Art. 15. Para as deliberações relativas a alterações estatutárias, a destituição do Presidente e do Conselho Fiscal e a dissolução da associação, serão pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembleia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Único. As demais deliberações da Assembleia serão aprovadas pelo voto da maioria simples dos presentes.

Art. 16. No caso de empate nas votações da Assembleia, o Presidente terá voto de qualidade.

SUBSEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 17. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á ordinariamente anualmente para:
I - Apreciar o relatório anual da diretoria;
II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;

Parágrafo Único. A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente bienalmente para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.

SUBSEÇÃO II
DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 18.. A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda chamada, trinta minutos após com qualquer número de associados e poderá ser convocada, salvo disposição estatutária contrárias:

I - Pelo Presidente;
II - Pela Diretoria;
III -Pelo Conselho Fiscal;
IV - Por requerimento ao Presidente que a convocará por solicitação de 1/5 dos associados quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 19. Compete à Assembleia Geral Extraordinária
I – eleger e destitui a Diretoria e o Conselho Fiscal;
II - deliberar sobre alterações no presente Estatuto;
III - discutir e aprovar os resultados do exercício e as contas aprovadas pelo Conselho Fiscal;
IV – apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
V – deliberar sobre a eliminação de associados:
VI - conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
VII – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
VIII – discutir e deliberar sobre os demais assuntos de interesse da associação para os quais for convocada;
IX - decidir sobre a extinção da Associação;
X – aprovar o regimento interno;
XI - decidir sobre o valor da taxa de contribuição dos associados.

Parágrafo Único. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure o direito à ampla defesa.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

Art. 20. A diretoria é o órgão administrativo da **APAS-MON** e será constituída na seguinte ordem:
I - Presidente;
II - Vice Presidente;
III - Tesoureiro;
IV – 2°. Tesoureiro;
V – Secretário;
VI – 2°. Secretário.

Parágrafo único. A diretoria será eleita pela Assembleia Geral Ordinária, por escrutínio secreto, podendo ser reeleito, bem como os membros do Conselho Fiscal e terão mandato de 2 (dois) anos.

Art. 21. A diretoria reunir-se-á mensalmente, em dia previamente designado, sem prejuízo de reunião extraordinária, que será convocada pelo presidente, quando julgar necessário.

§1°. A Diretoria poderá criar quantos departamentos julgar necessários para o melhor funcionamento da **APAS-MON**.

§2°. A critério da Diretoria poderão ser contratados profissionais especializados para o atendimento dos assistidos pela **APAS-MON**.

Art. 22. As decisões da diretoria serão tomadas pela maioria dos votos.

Art. 23. Nas decisões da diretoria em que se verificar empate, o presidente terá o voto de qualidade.

Art. 24. Compete à Diretoria.
I - administrar e superintender as atividades e os bens da **APAS-MON**;
II - nomear comissões e promover por todos os meios, o seu engrandecimento;

III - elaborar e executar o programa anual de atividades;
IV - elaborar e apresentar à Assembleia Geral juntamente com o relatório anual, a prestação de contas;
V - articular com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
VI - editar o regimento interno e propor as alterações sempre que houver conveniência ou necessidade submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;
VII - convocar a Assembleia Geral;
VIII - contratar e demitir funcionários desde que tenha recursos específicos para tal.

Art. 25. Compete ao Presidente.
I - executar os atos administrativos;
II - autorizar a divulgação dos atos administrativos;
III - assumir a iniciativa exclusiva de divulgação dos atos administrativos da **APAS-MON**.
IV - convocar e presidir todas as sessões da Diretoria e da Assembleia Geral com direito apenas ao voto de desempate;
V - representar a associação ativa e passivamente em juízo e extrajudicialmente;
VI - assinar as correspondências dirigida ao público e as autoridades superiores;
VII - prestar à Diretoria, Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, as informações que lhe for requerida;
VIII - rubricar todos os livros e documentos oficiais;
IX - assinar com o Tesoureiro, cheques e quaisquer documentos que envolvam responsabilidades financeiras;
X - autorizar as despesas previstas no orçamento;
XI - assinar com o secretário todas correspondência, diploma, etc.;
XII - resolver "Ad – Referendum da Diretoria, assuntos de extrema urgência;
XIII - solucionar os casos omissos, de caráter urgente, providenciando a sua inclusão na legislação interna;
XIV - elaborar, conjuntamente com o tesoureiro, o balancete mensal da receita e despesas, para apreciação e aprovação do Conselho Fiscal;
XV - fiscalizar a fiel observância da legislação interna e as Leis das entidades superiores;
XVI - passar a Presidência ao seu substituto legal, quando estiver impedido de exercer o cargo, por qualquer motivo.
XVII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno.

Art. 26. Compete ao Vice- Presidente
I - substituir o presidente com suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas funções, no que for preciso, no comprimento de atos da Administração;
II - substituir o presidente quando este estiver impedido, por prazo inferior a 30 (trinta dias) sem qualquer outra formalidade;
III - assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término.

Parágrafo único. Quando o presidente obtiver licença por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o limite permitido, o tesoureiro ficará no exercício da presidência.

Art. 27. Compete ao Primeiro Tesoureiro
I - executar os serviços da tesouraria e escrituração dos livros de contabilidade, sob a orientação da presidente;
II - arrecadar as taxas de mensalidade dos associados, receber verbas e outras rendas destinadas à manutenção da Associação;
III - assinar com o presidente os cheques para retirada dos numerários, bem como quaisquer documentos que acarretem responsabilidades financeiras;
IV - apresentar mensalmente à diretoria o balancete da receita e despesa;
V - apresentar anualmente o balanço para ser encaminhado ao Conselho Fiscal, para análise e aprovação;

VI - superintender a arrecadação e contabilizar as contribuições dos Associados, rendas, auxílios e qualquer outro donativo;
VII - ter em boa ordem e feita com clareza, a escrituração da Associação, de maneira que possa fazer fé em juízo ou fora dele;
VIII - fazer todos os pagamentos de despesas gerais da Associação, mediante documentação rubricada pelo Presidente;
IX - apresentar mensalmente, à Diretoria, o balancete de caixa e, anualmente à Assembleia Geral, o balancete anual contendo o demonstrativo das contas da receita e despesa;
X - submeter ao Conselho Fiscal o relatório bimensal de receitas e despesas;
XI - facilitar em tudo o que for necessário, o trabalho dos membros do Conselho Fiscal, para que estes possam dar cabal desempenho às suas funções;
XII - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
XIII - assinar com o Presidente, os documentos referentes ao seu cargo;
XIV - substituir transitoriamente o Presidente, no impedimento ou falta do Vice-Presidente e do 1° Secretário, por espaço de tempo nunca superior a 30 (trinta)dias;
XV - o tesoureiro, sendo o depositário dos haveres da Associação, responderá civilmente pelos mesmos, de acordo com a lei;
XVI - recolher a um estabelecimento de crédito, as quantias em seu poder, superiores a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente.

Art. 28. Compete ao Segundo Tesoureiro:
I - substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
II - auxiliar o primeiro tesoureiro no que for necessário;
III - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino.

Art. 29. Compete ao Primeiro Secretário:
I - superintender os serviços gerais da Secretaria, preparando o expediente a ser encaminhado à diretoria, à presidência, ao Conselho Fiscal e à Assembleia geral;
II - assinar juntamente com o presidente as correspondências;
III - assinar juntamente com o presidente os títulos honoríficos e diplomas concedidos pela Associação;
IV - secretariar as assembleias gerais e reuniões da diretoria, lavrando as respectivas Atas;
V - proceder em sessão, a leitura das atas e de expedientes
VI - manter em ordem o arquivo da Associação sugerindo ao presidente todas as medidas julgadas úteis ao bom andamento do serviço de secretaria;
VII - redigir as atas, das sessões da Diretoria e Assembleia Geral, assiná-las juntamente com o Presidente.
VIII - substituir o tesoureiro em seus impedimentos normais, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas funções;
IX - fornecer ao Presidente os dados necessários à elaboração do Relatório Anual.
X - substituir transitoriamente o Presidente, por espaço de tempo nunca superior a 30(trinta) dias no impedimento do Vice-Presidente;
XI - substituir o tesoureiro quando estiver impedido, por prazo inferior a 30 (trinta dias), sem qualquer outra formalidade;
XII - quando o tesoureiro obtiver licença superior a 30 (trinta dias), até o limite permitido, o secretário ficará no exercício da tesouraria, feita as necessárias comunicações às entidades superiores;
XIII - organizar e ter em boa ordem, o arquivo da Associação;
XIV - o secretário será empossado no cargo, caso de impedimento definitivo do tesoureiro, ato esse devidamente homologado pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 30. Compete ao Segundo Secretário
I - substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos;
II - auxiliar o 1° secretário no que for necessário;

III - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.

Art. 31. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, maiores de 18 anos, todos brasileiros eleitos, a cada dois anos, pela Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria, na segunda quinzena do mês de abril e empossada no mês de maio subsequente.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:
I - fiscalizar a contabilidade da tesouraria e os atos administrativos que se relacionem com as finanças da associação;
II – examinar e emitir parecer sobre o balancete e o balanço anual apresentado pelo Tesoureiro;
III - apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria, convocando a Assembleia Geral quando ocorrerem motivos graves e urgentes relacionados com a finança da associação;
IV - denunciar à Assembleia Geral, erros administrativos ou qualquer violação do Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
V - o Conselho Fiscal terá o prazo de 08(oito) dias, para emitir parecer ou relatório sobre assunto a ele submetido, podendo prorrogar esse prazo, por mais 08 (oito) dias, podendo ainda, solicitar consultoria especializada para tal, entretanto, expirado o prazo, caberá à Assembleia Geral decidir sobre a matéria;
VI - opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
VII - apresentar parecer sobre os relatórios de receitas e despesas sempre que for solicitado.

§1°. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§2°. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 02(dois) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

§3°. Não poderá ser membro do Conselho Fiscal, o ascendente; descendente, cônjuge, irmão, padrasto e enteado do Presidente e do Vice-Presidente da Associação.

§4°. Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término;

§5°. Fiscalizar a contabilidade da tesouraria e os atos administrativos que se relacionem com as finanças da associação.

CAPÍTULO IV

DAS COORDENAÇÕES E COORDENADORES

Art. 33. Na prestação de serviços a **APAS – MON** terá coordenadores de áreas de confiança à escolha do Presidente, com o aval da diretoria, tais como: **Coordenador Educacional, Coordenador de Assistência Social, Coordenador Sócio – Cultural Coordenador de Esportes, Coordenador de Cursos e Oficinas, e de outras funções julgadas necessárias, os quais deverão ser nomeados pelo presidente, no dia da posse.**

Parágrafo único. Todos os Coordenadores deverão ser brasileiros, maiores de 18 anos, idôneos, solidários e com disponibilidade.

SEÇÃO I
DO COORDENADOR SÓCIO CULTURAL

Art. 34. Compete ao Coordenador Sócio Cultural:
I - organizar o calendário social da APAS-MON junto à Diretoria;
II - contatar clubes para eventos;
III - divulgar os objetivos da Associação, esclarecendo as necessidades de eventos sociais;
IV - promover festas ou campanhas em benefício da entidade;
V - recepcionar os convidados dos eventos sociais;
VI - promover excursões de integração dos surdos com ouvintes;
VII – organizar bibliotecas e salas de vídeo.
VIII - organizar palestras tanto para os surdos como para os sócios em geral
IX - organizar, o programa das solenidades de acordo com a orientação da Diretoria;
X - programar abertura ecumênica de acordo com a finalidade do evento;
XI - acompanhar, orientar na medida do possível, os jovens e adolescentes surdos nos seus encontros semanais e mensais.

SEÇÃO II
DO COORDENADOR DE ESPORTE

Art. 35. Compete ao Coordenador de Esportes:
I - organizar o calendário esportivo junto à Diretoria.
II - formar e treinar equipes esportivas.
III - promover competições, gincanas dos surdos e seus familiares.

Art. 36. Integrar os surdos nas festas da cidade, nas várias modalidades esportivas compatíveis.
I - contatar clubes para eventos esportivos, e fazer pesquisa com os surdos sobre seus interesses esportivos.

SEÇÃO III
DO COORDENADOR DE CURSO E OFICINAS

Art. 37. Compete ao Coordenador de Cursos e Oficinas:
I - planejar e elaborar calendário anual dos cursos e oficinas junto a Diretoria. Promover Cursos e Oficinas de Libras a nível comunitário e privado.
II - viabilizar cursos, oficinas, estágios para os surdos desempenharem uma variedade de profissões, compatíveis com suas habilidades profissionais.
III - contatar parceiros, instrutores, voluntários, instituições, empresas, clubes de serviços e órgãos competentes, para ministrar cursos, oficinas que preparem o surdo para o trabalho, oferecer material necessário ao curso ou oportunidade de emprego.
IV - viabilizar cursos de Sinais de Vocabulário Bíblico, quando houver demanda das igrejas.

SEÇÃO IV
DO COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192

Art. 38. Compete ao Coordenador de Assistência Social:
I - buscar ações efetivas junto ao empregador para o cumprimento das Leis em vigor, em especial, a que trata da inserção do deficiente no mercado de trabalho;
II - viabilizar recursos para consultas, tratamento, exames a fins, benefícios do INSS através de convênios e parcerias;
III - promover a aquisição de prótese auditiva junto aos órgãos competentes;
IV - realizar um trabalho de sensibilização e conscientização junto aos empresários, comerciantes, chefes de repartições públicas e privadas, sobre a inteligência e capacidade do surdo e da necessidade de oferecer-lhe oportunidade de ser incluído no mercado de trabalho;
V - realizar atividades sociais educativas junta às famílias da Comunidade Surda, visando sua conscientização e engajamento na luta pelos dos direitos dos surdos.

SEÇÃO V
DO COORDENADOR EDUCACIONAL

Art. 39. Compete ao Coordenador Educacional:
I - formar equipe para reforço escolar, com conhecimento básico em LIBRAS;
II - orientar a Equipe, no acompanhamento dos alunos surdos, suas dificuldades e necessidades, implementando ações práticas, visando o desenvolvimento escolar dos mesmos;
III - visitar as escolas que tenham surdos incluídos, reunir com os professores, familiares, monitores e intérpretes, esclarecendo dúvidas, e a estruturação da Língua de Sinais;
IV - acompanhar os alunos surdos, no seu rendimento escolar.

CAPITULO V

DAS FONTES DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO

Art. 40. As fontes de recursos para manutenção da **APAS-MON**, virão de:
I - parcerias com Órgãos Públicos através de Termos de Cooperação, Fomento ou Acordo de Colaboração;
II - promoções de Eventos e recebimento de Penas Pecuniárias;
III - doações de pessoas físicas e/ou jurídicas;
IV – contribuição de associados;
V - usufruto que lhe forem conferidos;
VI - rendas em favor constituído por terceiros;
VII - rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
VIII - renda patrimonial;
IX – recursos provenientes de subvenções públicas e emendas parlamentares;
X – recursos vindos fundos de políticas públicas.

Art. 41. A **APAS-MON** manterá a escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade", devidamente registrados, revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 42. A **APAS-MON** não remunera e não concede vantagens e/ou benefícios, sob qualquer forma ou a qualquer título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão de competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Câmara Municipal de Monlevade - Legislativo
26

Art. 43. A **APAS-MON** não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 44. A **APAS-MON** aplica integralmente suas rendas, seus recursos e o eventual resultado operacional em território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 45. No desenvolvimento de suas atividades a APAS-MON, não fará discriminação quanto à prestação de serviços, atendendo a qualquer portador de surdez, sem distinção de cor, sexo, nível sócio econômico ou credo religioso, residentes em sua área de abrangência.

Art. 46. A prestação de serviços se dará de acordo com a disponibilidade de seus recursos físicos, humanos e financeiros e no caso de doação de próteses auditivas, priorizará:
I - faixa etária;
II - frequência no ensino regular, (intermediário, avançado) ou especial;
III – carência econômico financeiro;
IV - tempo de cadastro na APAS-MON.

Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Jr. RPJM Monlevade

Art. 47. A **APAS-MON** poderá ter um regimento interno que, uma vez aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 48. A fim de cumprir sua finalidade, a instituição organizar-se-á, em tantas Comissões de prestação de serviços, quantas se fizerem necessários, as quais se regerão por este estatuto e/ou pelo seu regimento interno.

CAPITULO VI

DO PATRIMÔNIO

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

Art. 49. O patrimônio da **APAS - MON** será constituído de:
I - bens móveis;
II - bens imóveis;
III – bens semoventes;
IV – marcas, títulos e patentes;
V - bens que venham a possuir adquiridos por compra, doações de terceiros ou por outros meios legais, feitos os devidos registros contábeis;
VI – operacionalização de receitas.

Art. 50. No caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos de Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 51. A prestação de contas e os lançamentos contábeis serão escriturados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e ainda:
I – a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

II – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos públicos;
III – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPITULO VIII

DAS ELEIÇÕES E DA POSSE

Art. 52. De dois em dois anos, durante a realização da Assembleia Geral Ordinária, serão eleitos os Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único. A eleição será realizada por votação secreta.

Artigo 53. A votação se dará por chapa com requerimento, no prazo mínimo, de setenta e duas horas de antecedência da Assembleia Geral Ordinária, na Secretaria da Associação, ao Presidente da **APAS-MON**,

Parágrafo Único. Poderão integrar as chapas concorrentes pessoas pertencentes ao quadro associativo da **APAS-MON**, em dia com as suas obrigações estatutária, que tenha, no mínimo, dois anos como Associado, seja qualificado como Associado Fundador e ou Associado Contribuinte, que possuam idoneidade, disponibilidade, responsabilidade, espírito solidário, filantrópico, além de capacidade para exercer o cargo; todos estes requisitos a juízo e deliberação pela Diretoria.

Art. 54. A Assembleia Eletiva será Presidida pelo Presidente da **APAS-MON** e dirigida por uma Comissão Eleitoral, composta de três membros associados, com indicação do presidente, não podendo fazer parte desta comissão, candidatos a cargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 55. No caso de concorrer apenas uma chapa a eleição poderá ser feita por aclamação.

Art. 56. O Presidente da Assembleia Geral, que será o Presidente da **APAS-MON** proclamará os eleitos e em ato contínuo, imediatamente, empossados.

Art. 57. A ata da Assembleia Geral será assinada pelo Presidente, Secretário e pelos membros da Comissão Eleitoral.

Art. 58. Em caso de empate, considerar-se-á eleita à chapa cujo Presidente apresentar maior tempo de cadastro como Associado da **APAS-MON** e se ainda assim permanecer empate estará, eleita a chapa cujo Presidente for o mais idoso.

CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 59. A APAS – MON poderá ser dissolvida somente por motivo de dificuldades insuperáveis, por deliberação de, pelo menos 2/3(dois terços) de associados quites, presentes a uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada expressamente para esse fim e de cuja sessão obrigatoriamente deverá fazer presente o quórum aqui estabelecido.

Art. 60. O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela

deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 61. A Associação festejará, condignamente, o seu aniversário de fundação (06/05) e o dia Nacional do Surdo (26/09) sempre que possível, a juízo da Diretoria.

Art. 62. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

O presente Estatuto foi reformado de acordo com o Novo Código Civil e Novo Marco Regulatório, aprovado pelo poder competente, em Assembleia Extraordinária, convocada para este fim.

João Monlevade, 19 de novembro de 2021.

Virginia Lima Pires
Presidente da APAS-MON

Virginia Lima Pires / CPF de nº 328.083.726-00
Presidente - Representante Legal da
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região

04.280.580/0001-79
Associação de Pais e Amigos
dos Surdos de Monlevade e Região
Rua Olga Demétria, 17
Mangabeiras - CEP 35.930-192
João Monlevade - MG

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCS. E PJ DE JOÃO MONLEVADE
Carla Augusta Oliveira Faleiro Barroso - Oficiala
Av. Getúlio Vargas, 4159 - Carneirinhos
Fone: (31)3852-2759

Código	6101-0	6201-8	6501-9	8101-8	Total
Qtd.	1	1	1	14	17

PROTOCOLO Nº 16752 REG Nº 464 - LIV 40-A - PÁG 69 - AV Nº 38
João Monlevade, MG, 13 de dezembro de 2021.
Roseli Antônia de Souza Freitas - Substituta

Des	Emo	ISS	Rec	TFJ	Total
					0,00

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1º Ofício CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCS. E PJ DE JOÃO MONLEVADE
SELO DE CONSULTA: EIKQ51655 - Cód. Sec.: 4953.2747.0842.3565
Quantidade de atos praticados: 17
Ato(s) praticado(s) por: Roseli Antônia de Souza Freitas - Substituta
Emol: 0 - TFJ: 0 - Valor final: 0 - ISS:0
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br

PROJETOS DE LEI 1.521, 1.523 E 1.524 - LIDOS EM 05/02

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br

6 de fevereiro de 2025 às 11:11
Para: alyssonenfermeiro@joaomonlevade.mg.leg.br, belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, carlinhosbicalho@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, presidencia@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, sassamisericordia@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, mariadosagrado@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, sinvaldaluzitana@joaomonlevade.mg.leg.br, sidneybernabe@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, zuzadosocorro@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br
Tags:

▾ Anexos

PL 1.521 - REBANHÃ... 337 KiB
MENS.04-PL 1.523 - ... 12.4 MiB
MENS.05- PL 1.524 -... 12.4 MiB

Bom dia!

Seguem as proposições lidas na Reunião Ordinária de ontem. O Projeto de Lei 1.522 será enviado posteriormente.

Atenciosamente,

Elisângela
Setor de Projetos e Comissões

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 05

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 30

NOTA TÉCNICA[1]

Ref.: Projeto de Lei nº 1.524/2025 – *Autoriza a concessão de direito real de uso à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON.*

Submete-se à apreciação técnica desta Procuradoria Jurídica o Projeto de Lei em destaque através do qual se pretende autorizar a concessão de uso, pelo prazo de 20 anos prorrogáveis, à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de João Monlevade e região – APASMON, de um imóvel localizado na Rua Olga Demétria, n° 17, Bairro Mangabeiras.

O imóvel, segundo consta no art. 1º do projeto, deverá ser destinado à instalação e expansão das atividades da cessionária, prevendo o art. 3° da proposta condições específicas que deverão ser por ela cumpridas, sob pena de a cessão ser resolvida.

Na justificativa que acompanha a proposição, o proponente destaca que a Apasmon tem desempenhado um papel essencial com oferecimento de serviços especializados que beneficiam as pessoas com deficiência e suas famílias.

Refere, assim, que a concessão de uso permitirá que a APASMON expanda sua sede, de modo a fazer frente ao crescimento da demanda, além de possibilitar a oferta de novos procedimentos voltados à saúde auditiva e implementação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

Pois bem. A proposição é típica da competência municipal, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República, que prevê competir ao município legislar sobre assuntos de interesse local.

Nesse sentido, prevê o art. 171, I, "*g*", da Constituição do Estado de Minas Gerais, ser do interesse local legislativo a administração, utilização e alienação de seus bens.

Além disso, nos termos do art. 23, II, da CR/88, é competência comum dos entes federados cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.

[1] Nota técnica apresentada na forma do art. 192 da Resolução n.º 695/2016 - Regimento Interno/CMJM

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
31

Formalmente adequada, portanto, a proposição em análise, sendo própria sua apresentação pelo Chefe do Executivo (art. 32, Lei Orgânica).

Quanto ao mérito da proposta, necessário considerar, de início, que embora a proposição utilize o termo "cessão de uso", parece-nos, a julgar pelas disposições do próprio projeto e a justificativa apresentada, que trata a matéria de uma concessão de direito real de uso, com o que passamos a analisar.

Notadamente, por definição contida no Decreto-Lei n.º 271/1967, com redação dada pela Lei 11.481/2007, que a concessão de uso de terrenos públicos é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

A respeito, destaca Hely Lopes Meirelles[2] que, na hipótese de concessão de uso, como direito real, o imóvel reverte à Administração concedente se o concessionário não lhe der o uso prometido ou desviar de sua finalidade contratual, garantido-se o Poder Público, assim, quanto à fiel execução do contrato.

Há na legislação federal, aplicável aos imóveis da União, a previsão contida no art. 18 da Lei nº 9.636/98 no sentido de que que a cessão de uso de bens imóveis ocorrerá na modalidade gratuita, desde que seja destinada a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde, bem como a pessoas físicas ou jurídicas, que desempenhem atividade de interesse público ou social de interesse nacional, sem fins lucrativos.

A Lei Orgânica de João Monlevade, por sua vez, dispõe em seu art. 161 que o Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública, dispensando esta, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

[2] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro, 16ª Ed, São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p.322.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
32

Frisa-se, portanto, que a norma local autoriza a dispensa de licitação quando, na hipótese de concessão de direito real de uso, tal se destinar, entre mais, às entidades assistenciais.

Esse, porém, vale mencionar, não é o comando expresso na Lei de Licitações, o que nos impõe análise específica quanto ao aparente conflito de normas, na medida em que a proposição prevê, como visto, a realização de uma concessão direta, sem licitação.

A respeito, então, temos o art. 76, §3º, da Lei 14.133/2021, que dispensa a licitação no caso de concessão de direito real de uso apenas quando o uso se destinar a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel, ou a pessoa natural para fins de moradia, nos termos da lei.

Não há, notadamente, autorização prevista na lei de Licitações para dispensa de licitação na hipótese de concessão de direito real de uso a entidades assistenciais, como previsto na Lei Orgânica de nosso município.

Buscando solucionar esse aparente conflito entre normas, ainda em análise da Lei 8666/93, verificamos que o Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar na ADI 927-3-DF[3], suspendeu aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a eficácia da expressão *"permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública"*, contida na letra "b", inc. I, art. 17, que trata da dispensa de concorrência para doação de imóvel nos casos que especifica.

O entendimento adotado na Corte Constitucional foi no sentido de que a União estaria a extrapolar, nesse caso específico, a limitação contida no art. 22, XXVII, da CR/88, que lhe confere a competência para legislar sobre normas gerais de licitação, entendendo que o comando impugnado estaria a tratar de norma específica. Além disso, há a ofensa à autonomia municipal.

Temos, assim, por essa compreensão, que é aplicável sem ressalvas a previsão

[3]http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=doa%E7%E3o%20im%F3veis%20munic%EDpio&processo=927

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
33

contida no art. 160 da Lei Orgânica que não exige licitação nos casos de doação e permuta de bem imóveis municipais, quando presente o interesse público devidamente justificado.

Nota-se que o dispositivo da Lei de Licitações que trata da concessão de direito real de uso (Art. 17, §2.º, I, lei 8666/93) não foi objeto da Ação de Inconstitucionalidade acima referida, não havendo, deste modo, apreciação da Corte Constitucional a respeito. Porém, é inegável que a decisão em análise serve de precedente ao caso em exame, diante da natureza jurídica dos institutos, que cuidam, igualmente, da disposição de bem imóvel pertencente ao município.

Além do mais, necessário considerar que a concessão de direito real de uso importa situação mais vantajosa quando comparada à doação.

Como bem observa José dos Santos Carvalho Filho, *"a concessão de direito real de uso salvaguarda o patrimônio da Administração e evita a alienação de bens públicos, autorizada às vezes sem qualquer vantagem para ela. Além do mais, o concessionário não fica livre para dar ao uso a destinação que lhe convier, mas, ao contrário, será obrigado a destiná-lo ao fim estabelecido em lei, o que mantém resguardado o interesse público que originou a concessão real de uso"*.

Portanto, podendo o município realizar doação de bem imóvel dispensado de licitação, à luz da interpretação dada pelo STF, lógico e razoável que possa também proceder a concessão de direito real de uso, mormente por estar expressamente autorizado pela Lei Orgânica (art. 161) e por se tratar de mecanismo de salvaguarda do patrimônio público.

Quanto à pretendida pessoa concessionária, verificamos tratar-se de associação sem fins lucrativos ou econômicos, que tem no seu objeto o oferecimento de serviços de beneficências de assistência social, de saúde auditiva, de psicologia e de fonoaudiologia.

Temos, assim, ao nosso sentir, que inexistem vícios de ordem formal ou material ao projeto, pelo que se posiciona esta Procuradoria Jurídica pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
34

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, concluímos, de nossa análise não vinculativa, pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade do Projeto.

A matéria deverá ser submetida a dois turnos de discussão e votação, dependendo sua aprovação do voto favorável da maioria dos vereadores (art. 292, XV, do R.I.), e votação nominal (art. 296, I, RI).

Cumpre orientar que, além da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, verificamos que a matéria em análise está compreendia nas atribuições das seguintes Comissões: Administração Pública, Infraestrutura e Serviços (art. 117, III, "*b*", e "*g*" do RI); Direitos Humanos e do Consumidor, Defesa Social e Desenvolvimento Econômico (art. 117, IV, "*f*", do RI); Saúde, Saneamento Básico e Meio Ambiente (art. 117, VI, "*b*", R.I.) e Finanças e Orçamento (art. 117, II, "*d*", R.I.). Necessário, todavia, observar o limite estabelecido no art. 184 do Regimento Interno, não distribuindo o projeto a mais de 3 Comissões de mérito.

João Monlevade, 13 de fevereiro de 2025.

Silvan Pelágio Domingues
Procuradoria Jurídica - CMJM
OAB/MG 102.582

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
35

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

MATÉRIA:

Projeto de Lei 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon, e dá outras providências.

PARECER:

O Relator, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico e após análise e discussão do projeto, emitiu parecer pela JURIDICIDADE, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE da presente matéria, sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão.

Sala de Sessões da Câmara, em 17 de fevereiro de 2024.

Bruno Nepomuceno Braga – Presidente / Relator

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Vice-Presidente

Belmar Lacerda Silva Diniz – Membro

Câmara Municipal de
João Monlevade
BIÊNIO 2023/2024
Câmara forte, cidade forte!

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
36

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em 17 de fevereiro de 2025, às 09 horas, reuniram-se na sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Legislação e Justiça e Redação, vereadores: Bruno Nepomuceno Braga – Presidente; Thiago Araújo Moreira Bicalho – Vice -Presidente e Belmar Lacerda silva Diniz - Membro, para deliberarem acerca dos Projetos: 1.523/2025, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 653/84 e autorização para proceder a cessão de direito real de uso de imóvel e dá outras providências. (Relator: Belmar); 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que Autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon, e dá outras providências. (Relator: Bruno); 1.525/2025, de iniciativa do Executivo, que altera a cláusula 4.1 e 4.2 do Contrato de Concessão nº 99/2022 celebrado entre o Município de João Monlevade e a Empresa Silk Mania Ltda. Me, e dá outras providências. (Relator: Titó). A reunião contou também com as presenças do Senhor Cristiano Vasconcelos, Assessor de Governo da Prefeitura, Daiana - Assessora da vereadora Maria do Sagrado e Silvan Domingues, Assessor Jurídico da Casa. Iniciados os trabalhos, a Comissão passou à análise e discussão das matérias. O Relator solicitou prazo regimental no Projeto 1.523/2024, sendo acatado pelos demais membros, em seguida os Relatores emitiram votos favoráveis pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade, sendo acompanhado pelos demais membros, aos projetos 1.524/2025 e 1.525/2025, entretanto, no último, fazendo às Comissões pertinentes as seguintes ponderações, com finalidade de questionamentos ao Executivo: existe algum documento que comprove a exigência para que o Projeto seja aprovado até o final de fevereiro, qual é o recurso que será disponibilizado pelo Governo Federal e ou Estadual para execução do empreendimento e qual a sua finalidade, como foi construído os critérios de contrapartida entre o concessionário e o Executivo e também o que motivou a criação do edital, como o Secretário de Esportes irá atuar no tempo disponível para a utilização da comunidade, conforme estipulado no Projeto, ficará na responsabilidade do poder público o fornecimento de material esportivo para as atividades sociais, a comunidade carente será inserida e de que forma irá participar das atividades realizadas no local em questão e se existe Projeto Estrutural e Arquitetônico do empreendimento. Em seguida foram emitidos os respectivos pareceres da Comissão. Nada mais havendo a tratar, às 10 horas e 27 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 37

Comissão de Administração Pública, Infraestrutura e Serviços

MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que Autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon., e dá outras providências.

PARECER:

O Relator, após análise da matéria e discussões com os vereadores presentes, manifestou-se favorável ao Projeto sendo acompanhando pelos demais membros da Comissão.

CONCLUSÃO:

A comissão, por unanimidade, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Projeto.

Sala de Sessões da Câmara, em 17 de fevereiro de 2025.

Carlos Geraldo Bicalho – Presidente

Bruno Nepomuceno Braga – Vice-Presidente/ Relator

Belmar Lacerda Silva Diniz – Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
38

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Em 17 de fevereiro, às 10 horas e 40 minutos, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Administração Pública, Infraestrutura e Serviços, vereadores: Carlos Geraldo Bicalho – Presidente, Bruno Nepomuceno Braga – Vice-Presidente e Belmar Lacerda Silva Diniz – Membro, para deliberarem acerca do Projetos de Lei n°s: 1.521/2025, de iniciativa do vereador Vanderlei Cardoso Miranda, que Institui e inclui o evento "Rebanhão com Cristo" no Calendário Oficial do Município de João Monlevade,(Relator: Bruno); 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que Autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon., e dá outras providências, (Relator: Bruno) e 1.525/2025, de iniciativa do Executivo, que Altera a cláusula 4.1 e 4.2 do Contrato de Concessão nº 99/2022 celebrado entre o Município de João Monlevade e a Empresa Silk Mania Ltda. Me, e dá outras providências. (Relator: Belmar). A reunião contou com as presenças do Senhor Cristiano Vasconcelos, Assessor de Governo da Prefeitura e do vereador Thiago Araújo Moreira Bicalho. Iniciados os trabalhos os presentes passaram à análise e discussão das matérias. Os relatores manifestaram-se favoravelmente aos Projetos 1.521/2025 e 1.524/2025, já no Projeto de 1.525/2025, o Relator acatou as ponderações da Comissão de Legislação e Justiça, sendo acompanhado pelos demais membros, com diligência ao Executivo. Em seguida, foram emitidos os respectivos pareceres da Comissão. Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 10 minutos, foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

39

Comissão de Direitos Humanos, Consumidor, Defesa Social e Desenvolvimento Econômico.

MATÉRIA:

Projeto de Lei 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon, e dá outras providências.

PARECER:

O relator, após análise e discussão da matéria com os vereadores presentes manifestou-se FAVORÁVEL ao Projeto sendo acompanhado pelos demais membros.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade dos presentes, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Projeto.

Sala de Sessões da Câmara, em 18 de fevereiro de 2025.

Geraldo Camilo Leles Pontes – Presidente

Zuza Gino de Oliveira Veloso – Vice Presidente / Relator

João Cassimiro da Silva – Membro

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

40

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DO CONSUMIDOR, DEFESA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECOCONÔMICO

Em 18 de fevereiro de 2025, às 15 horas, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor, Defesa Social e Desenvolvimento Econômico, vereadores: Geraldo Camilo Leles Pontes – Presidente, Zuza Gino de Oliveira Veloso – Vice Presidente e João Cassimiro da Silva – Membro, para deliberarem acerca dos Projetos de Lei nºs: 1.482/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre o Distrito Industrial ao município de João Monlevade, estabelece incentivos à instalação de indústrias e comércios e dá outras providências. (Relator: Leles Pontes) e 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon., e dá outras providências. (Relator: Zuza). A reunião contou com a presença de Silvan Domingues – Assessor Jurídico da Casa. Iniciados os trabalhos os presentes passaram à discussão da matéria. No Projeto 1.482/2024, o Relator manifestou-se favoravelmente sendo acompanhado em seu posicionamento pelos demais membros, com apresentação de Emenda, O Projeto 1.524/2025, recebeu parecer favorável pelo Relator sendo acompanhado pelos demais membros, em seguida, foi emitido o parecer da Comissão. Nada mais havendo a tratar, às 15 horas e 32 minutos, foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

João Cassimiro da Silva

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
41

Comissão de Saúde, Saneamento Básico e Meio Ambiente.

MATÉRIA:

Projeto de Lei 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon, e dá outras providências.

PARECER:

O relator, após análise e discussão da matéria com os vereadores presentes manifestou-se FAVORÁVEL ao Projeto sendo acompanhado pelos demais membros.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade dos presentes, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Projeto.

Sala de Sessões da Câmara, em 19 de fevereiro de 2025.

Revetrie Silva Teixeira – Presidente

Alysson Barcelos Lima – Vice-Presidente / Relator

Sidney de Oliveira Bernabé – Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
42

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE, SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE

Em 19 de fevereiro de 2025, às 17 horas e 09 minutos, reuniram-se no Plenarinho Leonardo Diniz, os membros da Comissão de Saúde, Saneamento Básico e Meio Ambiente, vereadores: Revetrie Silva Teixeira – Presidente, Alysson Barcelos Lima – Vice-Presidente e Sidney de Oliveira Bernabé – Membro, para deliberarem acerca do Projeto de Lei n° 1.511/2024, de iniciativa do Executivo, que institui no município de João Monlevade-MG a Política Municipal de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio e Automutilação, e dá outras providências, relatoria do vereador Revetrie Teixeira-MDB, e do Projeto de Lei n° 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon., e dá outras providências, relatoria do vereador Alysson Barcelos Lima. Para deliberação do Projeto de lei n° 1.511/2024, a reunião contou com as presenças de Raquel de Souza Paiva Drumond, Secretária Municipal de Saúde, Rosangela Guimarães Ribeiro, psiquiatra e presidente do conselho curador da Fundação Crê-Ser, Eliana Bicalho Ferreira, coordenadora da Divisão de Saúde Mental, e Simone Borba, Secretária Adjunta de Saúde. Passando, então, à análise do Projeto de Lei n° 1.511/2024, o vereador relator Revetrie Teixeira, relatando questões específicas do assunto, indagou a respeito das providências adotadas pelo poder público em relação ao suicídio, indicando a importância do esclarecimento para compreensão e deliberação da matéria. Tal questão foi reforçada pelo vereador Alysson Barcelos Lima que, fazendo referência a caso específico sobre o tema, apontou dúvidas quanto às ações cabíveis em situação de iminente autoextermínio, inclusive em relação a contatos, etc. Por sua vez, o vereador Sidney Bernabé, citando sua experiência prática no hospital, fez consideração no sentido de serem limitadas as possibilidades de ações a serem realizadas em casos de suicídio, referindo que, uma vez tomada a decisão pela pessoa pelo autoextermínio, tudo ocorre em uma fração de segundos. Pontuou a questão de o serviço de saúde mental acolher com prioridade quem teve uma tentativa, mencionado ser positiva, no mais, a realização de campanhas de conscientização e esclarecimento. Passada a palavra à Dra. Rosângela, a psiquiatra e presidente do Conselho Curador da Fundação Crê-Ser prestou esclarecimentos sobre o assunto, inclusive quanto às medidas já adotadas, destacando ainda a subnotificação em relação ao autoextermínio. Pontuou que a chance de uma pessoa tentar novamente o suicídio em um mês é extremamente grande, de modo que o acolhimento em tais casos é, de fato, fundamental para evitar a reincidência. Destacou que o desafio é conscientizar para que não se tente o autoextermínio, motivo pelo qual se tem desenvolvido um plano de ação com o objetivo de identificar pessoas nas mais diversas regiões que possam identificar alguém prestes a cometer suicídio e oferecer tratamento. Por sua vez, a coordenadora da Divisão de Saúde Mental, Eliana Bicalho Ferreira, após algumas reflexões sobre o tema, destacou ser preciso falar sobre o tema, evitando tabus. Mencionou que essa é uma questão mundial e que não é exclusiva da saúde mental. Sublinhou o trabalho junto à atenção primária de saúde, apontando a relevância no trabalho dos agentes comunitários de saúde. Referiu também a importância do boletim epidemiológico e do fluxograma com o Hospital Margarida. Defendeu a importância do envolvimento da Câmara Municipal e da sociedade civil como um todo na questão. Ainda, citando exemplo da Rússia, referiu o aspecto de se buscar a redução de danos. Explicou que o suicídio é multifatorial e por isso precisa de vários setores. Por fim, destacou a prevenção e

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
43

prestou esclarecimentos sobre o projeto e sobre as ações que já são realizadas. Com a palavra, a Secretária de Saúde, Raquel de Souza Paiva Drumond, esclareceu que a proposição é do ano passado, mas que o projeto não surgiu no momento de sua apresentação, sendo fruto do crescimento de um serviço que não cessou. Ressaltou a intersetoriedade como fator de relevância e de crescimento nos últimos anos. Sublinhou ser possível fazer muita coisa e listou ações realizadas, como a saúde nas escolas, contratação de psicólogos nas escolas, treinamento de equipes, entre mais. Pontou a necessidade de se falar com a sociedade como um todo. Referiu que se trata de uma rede de atenção, afirmando acreditar que muitas coisas podem ser feitas antes para a evitar que uma pessoa chegue ao autoextermínio. Por sua vez, Simone Borba, Secretária Adjunta de Saúde destacou o papel dos agentes comunitários de saúde, como pontos de apoio na comunidade para evitar que a pessoa tente autoextermínio. Apontou que se trata de um trabalho grande, de desafios, que precisa ser tentado. Em seguida, as partes debateram questões relacionadas à saúde em geral e também de saúde mental, sendo referidas, neste particular, entre mais, a importância do planejamento quanto à atenção primária e o Centro de Convivência de Valorização da Vida. Passada, então, à deliberação do projeto, o Vereador Revetrie Teixeira, relator manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei n° 1.511/2024, no que foi acompanhando pelos demais membros, concluindo-se o parecer da Comissão pela aprovação da matéria por unanimidade. Ponto seguinte, passou à análise do Projeto de Lei n° Projeto de Lei n° 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – Apasmon., e dá outras providências. Após discussão e esclarecimento quanto aos aspectos formais e materiais da proposta, o vereador Alysson Barcelos Lima, relator, manifestou-se favoravelmente ao projeto, no que foi acompanhado pelos demais membros. Restou concluído , então, o parecer favorável da comissão, à unanimidade, ao Projeto de Lei n° 1524/2025. Nada mais havendo a tratar, às 19 horas e 01 minuto, foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
44

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em 11 de fevereiro, às 14 horas, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, vereadores: Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente, Marcos Vinícius Martins Dornelas – Vice-Presidente e Sinval Jacinto Dias – Membro, para deliberarem acerca do Projeto de Lei nº 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON, e dá outras providências. Iniciados os trabalhos, os presentes passaram à análise e discussão da matéria. O vereador Sinval Dias solicitou envio de ofício, sendo acompanhado pelos demais membros, para que o Executivo responda aos seguintes questionamentos: da área de 12.730m², após a cessão de uso da área de 309,09m² para Apasmon, qual a metragem permanece livre e acerca das outras áreas citadas nos valores de 7. 300m² e 1.200m² se permanecem desocupadas. Nada mais havendo a tratar, às 15 horas e 23 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

Cópia

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
45

Ofício nº 08/2025/PC

Em 26 de fevereiro de 2025.

Exmo. Sr. Prefeito,

Com meus cordiais cumprimentos, informo que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se para análise e deliberação do Projeto de Lei 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON, e dá outras providências. Diante disto surgiram a necessidade de alguns esclarecimentos.

A área total do imóvel em questão é de 12.730m², após a cessão de uso da área de 309,09m² para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região (APASMON), qual a metragem permanecerá livre?

Quanto às outras áreas mencionadas, nas medidas de 7.300m² e 1.200m², elas permanecem desocupadas?

Com votos de estima e consideração, agradeço a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Vanderlei Cardoso Miranda
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Recebi a 1ª via
destes ofícios aos
26.02.25.
Cristiano V. Araújo

Exmo. Sr.
Laércio José Ribeiro
Prefeito do Município de João Monlevade

PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE
ADMINISTRAÇÃO 2025 - 2028

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em 10/03/25
Horário: 16h20
Secretaria

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 46

João Monlevade, 10 de março de 2025

Ref.: resposta ao ofício no. 08/2025/PC - ref. Projeto lei no. 1.524/2025

Prezado Senhor Vereador Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento,

Em razão das questões apresentadas no ofício supra referenciado, vem o Município de João Monlevade, MG, prestar os esclarecimentos solicitados, na forma abaixo :

Conforme demonstra a cópia da matrícula no. 4.139, livro no. 02, do Cartório de Registro de Imóveis de João Monlevade, MG, no bairro Mangabeiras existem 03 (três) áreas verdes, pertencentes ao Município, a saber, aquelas registradas sob os números **R-2-4.139**, Protocolo 11.354, de 01.09.87, com **área de 12.730 m2**; **R-3-4.139**, Protocolo 11.354, de 01.09.87, com **área de 7.200 m2** e; **R-4-4.139**, Protocolo 11.354, de 01.09.87, com a **área de 1.200 m2**;

Registra-se que, inversamente ao constante na pergunta formulada, o **R-3-4.139**, Protocolo 11.354, de 01.09.87, possui uma área **de 7.200 m2 e não 7.300 m2;**

1) A área total do imóvel em questão é de 12.730 m2, após a cessão de uso da área de 309,09 m2 para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região (APASMON), qual a metragem permanecerá livre ?

Na área em questão, cujo lote mede 273,96 m2, somente encontra-se edificada a atual sede da APASMON. Na mesma construção, também há a sede da Escola de Pais de João Monlevade, MG. Os endereços das citadas associações, conforme consta no cadastro imobiliário anexo, são APASMON, Rua Dirceu da Fonseca, no. 17 e Escola de Pais, Rua Dirceu da Fonseca, no. 59;

Com o projeto de lei no. 1.524/2025, o Município pretende autorizar a cessão de direito real de uso de novo lote na área, à APASMON, com a medida de 309,09 m2;

Portanto, em resposta à pergunta apresentada pela Comissão, o Município informa que decotadas as duas áreas acima citadas (273,96 m2 + 309,09 m2 = 583,05 m2), permanecerá livre a área de 12.146,95 m2, no R-2, da matrícula no. 4.139;

2) Quanto às outras áreas mencionadas, nas medidas de 7.300 m2 e 1.200 m2, elas permanecem desocupadas ?

A área constante do R-3-4.139, Protocolo 11.354, de 01.09.87, **de 7.200 m2, encontra-se parcialmente ocupada, a saber :**

- Loja Macônica Luz do Vale, ocupa área de 558,80 m2, à Rua Olga Demétria, no. 1.625;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 47

- Associação Guarda de Marujos de João Monlevade, ocupa área de 756 m2, à Rua Olga Demétria, no. 637;

- Loja Maçônica Luz do Vale no. 4, ocupa área de 555 m2, à Rua Olga Demétria, no. 599;

- Rotary Clube de João Monlevade, ocupa área de 600 m2, à Rua Olga Demétria, no. 579;

- Igreja do Evangelho Quadrangular, ocupa área de 255 m2, à Rua Olga Demétria, no. 571;

- Arthur Gomes de Araújo Filho, ocupa área de 720 m2, à Rua Leopoldo da Fonseca, no. 47;

Portanto, em resposta à pergunta apresentada pela Comissão, o Município informa que decotadas as áreas acima citadas (558,80 m2 + 756 m2 + 555 m2 + 600 m2 + 255 m2 + 720 m2 = 3.474,80 m2), permanecerá livre a área de **3.725,20 m2**, no R-3, da matrícula no. 4.139;

A área de 1.200 m2, constante do R-4-4.139, Protocolo 11.354, de 01.09.87, permanece livre, sem utilização.

Em anexo encaminhamos os relatórios de imóveis por inscrição junto ao cadastro imobiliário do Município, bem como cópias de fotografias aéreas do bairro Mangabeiras, para colaborar na visualização das áreas acima citadas. A certidão de registro imobiliário acompanhou o projeto, quando do envio à esta Casa Legislativa.

Renovando nossa estima e consideração,

Atenciosamente,

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessoria de Governo

JOSÉ SILVÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Patrimônio


R2
→ APASIMON
R3
R3
R3
R3

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010701013980001 ESCOLA DE PAIS
Inscrição Municipal Final 010701013980002 APASMON
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
51

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0008369 - APASMON **CPF/CNPJ: 000.000.000-00**
Inscrição Muncipal: 010701013980002 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000
Área Lote: 273,96 **Área Total Edificada:** 272,14 **Área da unidade:** 133,09 **Testada:** 17,10
Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00
Endereço: Rua DIRCEU DA FONSECA, 17 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Contribuinte: 0030557 - ESCOLA DE PAIS **CPF/CNPJ: 000.000.000-00**
Inscrição Muncipal: 010701013980001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000
Área Lote: 273,96 **Área Total Edificada:** 272,14 **Área da unidade:** 139,05 **Testada:** 17,10
Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00
Endereço: Rua DIRCEU DA FONSECA, 59 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 2

R2 - 4.139

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010706108610001 PMJM-LOJA MACONICA LUZ DO VALE
Inscrição Municipal Final 010706108610001 PMJM-LOJA MACONICA LUZ DO VALE
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
52

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0073118 - PMJM-LOJA MACONICA LUZ DO VALE **CPF/CNPJ: 000.000.000-00**

Inscrição Muncipal: 010706108610001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000

Área Lote: 558,80 **Área Total Edificada:** 594,20 **Área da unidade:** 594,20 **Testada:** 22,00

Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00

Endereço: Rua OLGA DEMETRIA, 1625 PERMISSÃO - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3-4.139

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010706108970001 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE
Inscrição Municipal Final 010706108970001 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
53

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0032345 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE **CPF/CNPJ: 18.401.059/0001-57**

Inscrição Muncipal: 010706108970001 **Quadra:** **Lote:**
Área Lote: 756,00 **Área Total Edificada:** 0,00 **Área da unidade:** 0,00 **Testada:** 37,80
Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00
Endereço: Rua OLGA DEMETRIA, 637 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3-4.139

Associação de Moradores do Bairro Mangabeiras

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010706109340001 LOJA MACONICA LUZ DO VALE N. 4
Inscrição Municipal Final 010706109340001 LOJA MACONICA LUZ DO VALE N. 4
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
54

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0086295 - LOJA MACONICA LUZ DO VALE N. 4 **CPF/CNPJ: 000.000.000-00**

Inscrição Muncipal: 010706109340001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000

Área Lote: 555,00 **Área Total Edificada:** 561,18 **Área da unidade:** 561,18 **Testada:** 37,00

Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00

Endereço: Rua OLGA DEMETRIA, 599 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3-4.139

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010706109640001 ROTARY CLUBE DE JOAO MONLEVADE
Inscrição Municipal Final 010706109640001 ROTARY CLUBE DE JOAO MONLEVADE
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
55

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0091934 - ROTARY CLUBE DE JOAO MONLEVADE **CPF/CNPJ:** 000.000.000-00
Inscrição Muncipal: 010706109640001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000
Área Lote: 600,00 **Área Total Edificada:** 301,92 **Área da unidade:** 301,92 **Testada:** 29,60
Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00
Endereço: Rua OLGA DEMETRIA, 579 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3-4.139

Tipo de Cadastro 01 - Cadastro Imobiliário
Inscrição Municipal Inicial 010706109740001 IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR
Inscrição Municipal Final 010706109740001 IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR
Baixados Não

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 56

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0011446 - IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR **CPF/CNPJ: 62.955.505/0788-67**

Inscrição Muncipal: 010706109740001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000
Área Lote: 255,00 **Área Total Edificada:** 127,28 **Área da unidade:** 127,28 **Testada:** 10,00
Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00
Endereço: Rua OLGA DEMETRIA, 571 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3.4.139

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
57

Relatório Imóveis por Inscrição

Contribuinte: 0041934 - ARTUR GOMES DE ARAUJO FILHO **CPF/CNPJ: 372.216.556-34**

Inscrição Muncipal: 010706307000001 **Quadra:** 0000 **Lote:** 0000

Área Lote: 720,00 **Área Total Edificada:** 0,00 **Área da unidade:** 0,00 **Testada:** 24,00

Valor Venal Terreno: 0,00 **Valor Venal Edificação:** 0,00 **Valor Venal do Imóvel:** 0,00

Endereço: Rua LEOPOLDO DA FONSECA, 47 - MANGABEIRAS - João Monlevade - MG

Total de inscrições do contribuinte: 1

R-3-4.139

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 58

Comissão de Finanças e Orçamento

MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que Autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON, e dá outras providências.

PARECER

O relator, após análise e discussão da matéria com os vereadores presentes, manifestou-se favorável ao Projeto sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade, emitiu parecer FAVORÁVEL ao projeto.

Sala de Sessões da Câmara, em 11 de março de 2025.

Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente

Marcos Vinícius Martins Dornelas – Vice-Presidente

Sinval Jacinto Dias – Membro / Relator

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!
BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
59

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em 11 de março, às 14 horas e 45 minutos, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, vereadores: Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente, Marcos Vinícius Martins Dornelas – Vice-Presidente e Sinval Jacinto Dias – Membro, para deliberarem acerca do Projeto de Lei nº 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON, e dá outras providências (Relator: Sinval). Iniciados os trabalhos, os presentes passaram à análise e discussão da matéria. Os vereadores, analisaram os documentos encaminhados pelo Executivo em resposta aos questionamentos da Comissão. O vereador Sinval, Relator da matéria, solicitou registrar que, da área total restará 12.146,95m² após a doação e manifestou-se favoravelmente à matéria sendo acompanhado pelos demais membros. Em seguida, foi emitido o respectivo parecer. Nada mais havendo a tratar, às 15 horas e 15 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Sinval Jacinto Dias

Marcos V. M. Dornelas

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
60

REQUERIMENTO Nº ___/2025

Senhor Presidente:

Requeremos a V. Exa, ouvido o plenário, nos termos do art. 279, §2°, do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução n° 731/2021, seja dispensado o interstício de 24 horas entre uma e outra discussão, e que seja incluída em pauta para deliberação em segundo turno e redação final, na Reunião Ordinária designada para o dia 12 de março de 2025, o PROJETO DE LEI N° 1.524/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON, e dá outras providências.

Pedem deferimento

Sala de Sessões da Câmara, em 12 de março de 2025.

Alysson Barcelos Lima
Vereador – AVA

Belmar Lacerda Silva Diniz
Vereador – PT

Bruno Nepomuceno Braga
Vereador - AVA

Carlos Geraldo Bicalho
Vereador - PP

Geraldo Camilo Leles Pontes
Vereador - REP

João Cassimiro Da Silva
Vereador – CID

Marcos Vinicius Martins Dornelas
Vereador - REP

Maria Do Sagrado Coração Rodrigues Santos
Vereadora - PT

Revetrie Silva Teixeira
Vereador - MDB

Sidney De Oliveira Bernabé
Vereador – PL

Sinval Jacinto Dias
Vereador - PL

Thiago Araújo Moreira Bicalho
Vereador - MDB

Zuza Gino De Oliveira Veloso
Vereador - AVA

Vanderlei Cardoso Miranda
Vereador - POD

Lista de votação

12/03/2025 14:41:02

6ª Sessão Ordinária

PL Nº1.524/2025 - 1º TURNO

Turno: 1º Turno
Modo: Nominal

Início: 12/03/2025 14:17
Término: 12/03/2025 14:41

De iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região - Apasmon. e dá outras providências.

Parlamentar	Voto	Hora
ALYSSON ENFERMEIRO (AVANTE)	Sim	14:40:01
BELMAR DINIZ (PT)	Sim	14:39:57
BRUNO CABEÇÃO (AVANTE)	Sim	14:40:03
CARLINHOS BICALHO (PP)	Sim	14:39:56
DR SIDNEY (PL)	Sim	14:40:08
LELES PONTES (REP)	Sim	14:39:54
MARIA DO SAGRADO (PT)	Sim	14:40:00
MARQUINHO DORNELAS (REP)	Sim	14:39:56
R[illegible]ETRIE TEIXEIRA (MDB)	Sim	14:40:01
SASSÁ MISERICÓRDIA (CID)	Sim	14:40:03
SINVAL DA LUZITANA (PL)	Sim	14:40:03
THIAGO TITÓ (MDB)	Sim	14:39:56
VANDERLEI MIRANDA (PODE)	Sim	14:39:53
ZUZA DO SOCORRO (AVANTE)	Sim	14:40:16

Totais: Sim: 14 Não:0

Resultado: Aprovada

Fernando Linhares Pereira
Presidente

Presidente

Secretario

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
62

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 1.5242025, de iniciativa do Executivo, vem a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada forma adequada à matéria, nos termos do art. 252, § 1º, do Regimento Interno em vigor.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte Redação Final:

PROJETO DE LEI Nº 1.524/2025

Autoriza cessão de direito de uso de Imóvel Público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON., e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à cessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo 2° desta Lei, à *Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região* – APASMON, com CNPJ de nº *04.280.580/0001-79*, com endereço na Rua Olga Demétria, Nº 17, Bairro Mangabeiras, nesta cidade, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

Art. 2º O imóvel, objeto da cessão de uso, constitui-se em uma parcela de 309,09 m² (trezentos e nove vírgula zero nove metros quadrados) de uma área total de 12.730 m² (doze mil, setecentos e trinta metros quadrados), situado na Rua Olga Demétria, S/N, bairro Mangabeiras, nesta cidade, registrado sob número de matricula 4.139, L. 2, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º A cessão de direito real de uso do imóvel de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela associação beneficiária:

I - ampliação da sede no imóvel e iniciar as atividades da associação no imóvel concedido em direito real de uso, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão de Direito Real de Uso;
II - dedicar-se, exclusivamente, às atividades fins da associação, descritas em seu Estatuto Social, não se admitindo desvio de finalidade;
III - apresentar o projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Obras para a devida análise e posterior aprovação antes do início das obras;
IV - elaborar o projeto de segurança e submetê-lo à aprovação do Corpo de Bombeiros Militar local e implantá-lo;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
6.3

V - manter a finalidade dos imóveis, assegurando ao poder concedente acesso as informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a autorização- do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a cessão antes de seu termo, se a Cessionária cometer desvio de finalidade do imóvel público, dando destinação diversa da estabelecida no seu Estatuto Social ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se o imóvel ao Município, perdendo a cessionária as benfeitorias de quaisquer natureza realizadas no bem, sem que lhe caiba o direito de quaisquer indenizações pelo cedente.

Art. 4° A presente cessão terá o prazo de 20 (vinte) anos, podendo o Executivo Municipal prorrogar o prazo da cessão de uso por igual período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 12 de março de 2025.

Bruno Nepomuceno Braga – Presidente / Relator

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Vice-Presidente

Belmar Lacerda Silva Diniz – Membro

Lista de votação

12/03/2025 14:59:46

6ª Sessão Ordinária

PL Nº 1.524/2025 - 2º TURNO/RED FINAL

Turno: Redação Final e 2º Turno
Modo: Nominal

Início: 12/03/2025 14:58
Término: 12/03/2025 14:59

De iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região - Apasmon. e dá outras providências.

Parlamentar	Voto	Hora
ALYSSON ENFERMEIRO (AVANTE)	Sim	14:59:08
BELMAR DINIZ (PT)	Sim	14:59:09
BRUNO CABEÇÃO (AVANTE)	Sim	14:59:09
CARLINHOS BICALHO (PP)	Sim	14:59:06
DR SIDNEY (PL)	Sim	14:59:12
LELES PONTES (REP)	Sim	14:59:11
MARIA DO SAGRADO (PT)	Sim	14:59:11
MARQUINHO DORNELAS (REP)	Sim	14:59:05
R[illegible]ETRIE TEIXEIRA (MDB)	Sim	14:59:06
SASSÁ MISERICÓRDIA (CID)	Sim	14:59:16
SINVAL DA LUZITANA (PL)	Sim	14:59:28
THIAGO TITÓ (MDB)	Sim	14:59:06
VANDERLEI MIRANDA (PODE)	Sim	14:59:04
ZUZA DO SOCORRO (AVANTE)	Sim	14:59:07

Totais: Sim: 14 Não:0

Resultado: Aprovada

Fernando Linhares Pereira
Presidente

Presidente

Secretario

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
65

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 1.524/2025

Autoriza cessão de direito de uso de Imóvel Público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à cessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo 2° desta Lei, à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON, com CNPJ de nº 04.280.580/0001-79, com endereço na Rua Olga Demétria, Nº 17, Bairro Mangabeiras, nesta cidade, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

Art. 2º O imóvel, objeto da cessão de uso, constitui-se em uma parcela de 309,09 m² (trezentos e nove vírgula zero nove metros quadrados) de uma área total de 12.730 m² (doze mil, setecentos e trinta metros quadrados), situado na Rua Olga Demétria, S/N, bairro Mangabeiras, nesta cidade, registrado sob número de matricula 4.139, L. 2, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º A cessão de direito real de uso do imóvel de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela associação beneficiária:

I - ampliação da sede no imóvel e iniciar as atividades da associação no imóvel concedido em direito real de uso, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão de Direito Real de Uso;
II - dedicar-se, exclusivamente, às atividades fins da associação, descritas em seu Estatuto Social, não se admitindo desvio de finalidade;
III - apresentar o projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Obras para a devida análise e posterior aprovação antes do início das obras;
IV - elaborar o projeto de segurança e submetê-lo à aprovação do Corpo de Bombeiros Militar local e implantá-lo;
V - manter a finalidade dos imóveis, assegurando ao poder concedente acesso as informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a autorização- do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a cessão antes de seu termo, se a Cessionária cometer desvio de finalidade do imóvel público, dando destinação diversa da estabelecida no seu Estatuto Social ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se o imóvel ao Município, perdendo a cessionária as benfeitorias de quaisquer natureza realizadas no bem, sem que lhe caiba o direito de quaisquer indenizações pelo cedente.

Fernando Linhares Pereira
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
66

Art. 4° A presente cessão terá o prazo de 20 (vinte) anos, podendo o Executivo Municipal prorrogar o prazo da cessão de uso por igual período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Monlevade, em 13 de março de 2025.

Fernando Linhares Pereira
Presidente da Câmara

Câmara Municipal
de João Monlevade

19 MAR. 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
67

Ofício nº 44/Secretaria

Em 13 de março de 2025.

Senhor Prefeito:

Encaminho para sanção, avulso das Proposição de Lei nº 1.524/2025, de iniciativa do Executivo, que autoriza cessão de direito de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região – APASMON, e dá outras providências, aprovado na Sessão Ordinária realizada em 12 de março de 2025.

Atenciosamente,

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal

GABINETE DO PREFEITO
Recebido em: 24/03/25 às 14:57 hs.

Exmo. Sr.
Laércio José Ribeiro
Prefeito do Município de João Monlevade

19 MAR. 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
68

LEI Nº 2708/2025, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

Autoriza cessão de direito de uso de Imóvel Público para os fins e nas condições que menciona à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON, e dá outras providências.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à cessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo 2° desta Lei, à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e região – APASMON, com CNPJ de nº 04.280.580/0001-79, com endereço na Rua Olga Demétria, Nº 17, Bairro Mangabeiras, nesta cidade, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

Art. 2º O imóvel, objeto da cessão de uso, constitui-se em uma parcela de 309,09 m² (trezentos e nove vírgula zero nove metros quadrados) de uma área total de 12.730 m² (doze mil, setecentos e trinta metros quadrados), situado na Rua Olga Demétria, S/N, bairro Mangabeiras, nesta cidade, registrado sob número de matricula 4.139, L. 2, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º A cessão de direito real de uso do imóvel de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela associação beneficiária:

I - ampliação da sede no imóvel e iniciar as atividades da associação no imóvel concedido em direito real de uso, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão de Direito Real de Uso;
II - dedicar-se, exclusivamente, às atividades fins da associação, descritas em seu Estatuto Social, não se admitindo desvio de finalidade;
III - apresentar o projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Obras para a devida análise e posterior aprovação antes do início das obras;
IV - elaborar o projeto de segurança e submetê-lo à aprovação do Corpo de Bombeiros Militar local e implantá-lo;
V - manter a finalidade dos imóveis, assegurando ao poder concedente acesso as informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a autorização- do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a cessão antes de seu termo, se a Cessionária cometer desvio de finalidade do imóvel público, dando destinação diversa da estabelecida no seu Estatuto Social ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se o imóvel ao Município,

19 MAR. 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
69

perdendo a cessionária as benfeitorias de quaisquer natureza realizadas no bem, sem que lhe caiba o direito de quaisquer indenizações pelo cedente.

Art. 4° A presente cessão terá o prazo de 20 (vinte) anos, podendo o Executivo Municipal prorrogar o prazo da cessão de uso por igual período.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 17 de março de 2025.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, aos dezessete dias do mês de março de 2025.

Cristiano Vasconcelos Araújo

Assessor de Governo